



Universidades Lusíada

Sanhá, Ismael Sadilú, 1978-

A cooperação com a Guiné-Bissau : os projectos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS)

<http://hdl.handle.net/11067/2222>

Metadados

Data de Publicação	2016-04-26
Resumo	O acumular de problemas durante várias décadas na Guiné-Bissau, que nunca foram atacados no cerne, deu impulso ao conflito político-militar de 7 de junho de 1998, que destruiu as parcas infraestruturas que o país dispunha. Após o conflito que abalou o país, e com os poucos meios de que as autoridades guineenses possuíam para suprir todas as dificuldades que o país enfrentava e continua enfrentar, por não cumprir com algumas exigências feitas pela comunidade internacional, acabou-se por protelar...
Palavras Chave	Segurança nacional - Guiné-Bissau, Guiné-Bissau. Forças Armadas, Guiné-Bissau - História, Guiné-Bissau - Relações externas - 1974-
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-02T18:16:17Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

A cooperação com a Guiné-Bissau: os projectos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS)

Realizado por:
Ismael Sadilú Sanhá

Orientado por:
Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta
Orientador: Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva
Arguente: Prof. Doutor Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo Branco

Dissertação aprovada em: 28 de Janeiro de 2013

Lisboa
2012



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

A cooperação com a Guiné-Bissau: os projetos de
apoio à reforma do sector de segurança (RSS)

Ismael Sadilú Sanhá

Lisboa

novembro 2012



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

A cooperação com a Guiné-Bissau: os projetos de
apoio à reforma do sector de segurança (RSS)

Ismael Sadilú Sanhá

Lisboa

novembro 2012

Ismael Sadilú Sanhá

A cooperação com a Guiné-Bissau: os projetos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva

Lisboa

novembro 2012

Ficha Técnica

Autor Ismael Sadilú Sanhá
Orientador Prof. Doutor Luís Eduardo Marquês Saraiva
Título A cooperação com a Guiné-Bissau: os projetos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS)
Local Lisboa
Ano 2012

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SANHÁ, Ismael Sadilú, 1978-

A cooperação com a Guiné-Bissau: os projectos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS) / Ismael Sadilú Sanhá; orientado por Luís Eduardo Marquês Saraiva. - Lisboa : [s.n.], 2012. - Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - SARAIVA, Luís Eduardo Marquês, 1956-

LCSH

1. Segurança nacional - Guiné-Bissau
2. Guiné-Bissau - Forças Armadas
3. Guiné-Bissau - História
4. Guiné-Bissau - Relações externas - 1974-
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. National security - Guinea-Bissau

2. Guinea-Bissau - Armed Forces

3. Guinea-Bissau - History

4. Guinea-Bissau - Foreign relations - 1974-

5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Dissertations

6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. UA869.G85 S262012

Hoje, regozijo-me das proezas alcançadas, até aqui, graças a muita perseverança, trabalho árduo e, principalmente, com ajuda de Deus. Também, estou deveras satisfeito por ter construído uma linda família e nunca ter resignado perante as circunstâncias que a vida me coloca, seja ela boa ou má.

Ismael Sadilú Sanhá

DEDICATÓRIA

Mais do que nunca, sinto-me assaz feliz e realizado, por ter cumprido mais uma etapa do meu percurso académico.

Porém, arrisco-me a dizer que sou um homem abençoado e muito sortudo, por um lado, pela oportunidade que o Senhor todo onnipotente me concedeu em ser contemplado com uma bolsa de estudos e de ter iluminado o meu caminho, para poder concluir o Mestrado, por outro, pelo nascimento do meu filho, Respício Sadilú Sanhá e, mormente, por Deus me ter prendado há três anos com um lindo e adorável rapaz de nome Wilson Carlos Sanhá.

Dedico este trabalho, em peculiar, aos meus queridos progenitores, António Correia Sanhá e Maria Aurora Abissa Sanó. Que continuem a acreditar piamente em mim, porque, em breve, vão saborear o fruto da árvore que por si foi plantada.

Não seria realista se não dedicasse este trabalho, exclusivamente, à minha companheira, mãe, amiga e esposa, Mestra Antonieta Khadidiatu Darame Sanhá, que sempre esteve ao meu lado, *“quer faça chuva ou sol”*.

Aos meus queridos irmãos, Edson Miguel de Sousa Sanhá, Mohamed Aladje Sanhá, Duló Sanhá, Alcides Sacó Sanhá, a minha prima, Simone Sissoko e marido, Sadjá Darame, e meus primos, Ivo Fall e Murtala Walé (di sangue), o meu obrigado por terem confiado sempre no vosso Mano.

Ao meu Sogro, o Doutor Respício Marcelino Silva e à minha sogra, a Senhora Aminata Cissé Silva, pelo apoio e carinho que sempre demonstram por mim, sobretudo por terem contribuído positivamente na educação do meu filho, Wilson.

À minha querida cunhada, Aine Sila, pela sua inestimável e prestável ajuda, desde o reconhecimento do meu Diploma, em Lisboa, e também pela sua valiosa prestação em conseguir entregar originais dos meus documentos no IPAD, quando fui contemplado com a bolsa de estudos. Fora isso, ela sempre esteve disponível para me ajudar em qualquer circunstância.

Às minhas Tias e Tios, o meu obrigado pelas palavras encorajadoras, e especialmente pela confiança em mim depositada.

Ao meu querido Tio, Dr. Dionísio da Silva (Dio), e aos meus colegas, Dr. Cademo Guey Baldé Correia (Cady) e Mestre Miguel Jorge da Silva (Ari), o meu muito obrigado por me terem dado a força, para poder levar avante o projeto de mestrado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu caro orientador, Professor Doutor Luís Marquês Saraiva, agradeço-lhe do fundo do coração por ter aceitado juntar-se a este projeto e, particularmente, pela sua assunção em ser o meu orientador. Sendo conhecedor da realidade guineense, e autor de diversos artigos sobre a Reforma do Setor de Segurança na Guiné-Bissau, a qual pode explorar. Sem a sua disponibilidade para analisar e fazer as devidas correções do texto em apreço, teria bastante dificuldade em cumprir o calendário estabelecido.

O meu sincero agradecimento ao Professor Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia, por ter sempre acreditado nas minhas potencialidades, enquanto seu discente.

Ao meu querido Sogro, a quem considero mais amigo, Doutor Respício Marcelino da Silva, louvado seja o Senhor todo Onnipotente, por ter cruzado o nosso caminho. Porque consigo, tive o privilégio e oportunidade de aprender coisas boas, que me servirão de ferramentas básicas para contornar qualquer barreira.

Ao meu querido padrinho, Mestre Pedro Rosa Có, poucas são as palavras para descrever o quanto recebi o seu apoio para a materialização de vários projetos, nomeadamente para efetuar o mestrado. Aliás, como diz o ditado popular, “diz-me quem é o teu próximo, dir-te-ei quem és tu”.

Ao Senhor Embaixador, Dr. Paulo Silva, o meu obrigado por me ter inculcado a esta magnífica Universidade, a Universidade Lusíada de Lisboa. Também lhe agradeço, de forma inequívoca, a sua disponibilidade e a sua mente aberta em aceitar debater e elucidar-me, em qualquer momento que fosse abordado, sobre os distintos temas que marcam o nosso turbulento quotidiano. À sua esposa, Senhora Taibo Embaló Silva, o meu muito obrigado pelos conselhos que nunca faltaram.

Ao Mestre Lino Sá, que sempre me encorajou e apoiou nos momentos mais difíceis e críticos, tanto na vida profissional, bem como na pessoal. Ter um Tio do perfil do Lino Sá é muito raro, por isso, é um exemplo a emular.

Ao Dr. Ernesto Dabó, o meu especial reconhecimento pela sua disponibilidade e amabilidade em me receber em sua casa. Sem quaisquer formalidades, prontificou-se em me conceder a sábia entrevista, e, sobretudo, dotar-me de conhecimentos sobre a

história da Luta de Libertação Armada na Guiné-Bissau. Foi um incomensurável contributo para o enriquecimento da minha dissertação.

Aos meus colegas e amigos do Bairro Internacional, principalmente Heraldino Fernandes Sá, vulgo Dino, que, durante a nossa amizade, sempre me compreendeu, sobretudo, procurando-me aceitar a minha forma de ser. Amigo desses não é para quem quer, é para quem tem a sorte. “Amigos para sempre”.

Aos meus professores, Prof^a. Doutora Patrícia Daenhhardt, Prof^a. Doutora Elizabeth Costa Accioli, Prof. Doutor Carlos César Motta, Prof. Doutor Virgílio Rapaz e o Mestre Paulo Gorjão, obrigado por me terem dotado de conhecimentos.

Outrossim, o meu especial agradecimento a minha amiga Elisabete Pereira, Técnica Profissional Principal de Biblioteca e estudante de Mestrado em Psicologia, na Universidade Lusíada de Lisboa, pela paciência demonstrada em aturar os meus pedidos, deixando os seus afazeres para me auxiliar a procurar livros ou uma bibliografia.

A todos a quem não foi possível mencionar aqui, o meu muito obrigado pela vossa contribuição inestimável, para a realização deste trabalho.

APRESENTAÇÃO

O acumular de problemas durante várias décadas na Guiné-Bissau, que nunca foram atacados no cerne, deu impulso ao conflito político-militar de 7 de junho de 1998, que destruiu as parcas infraestruturas que o país dispunha.

Após o conflito que abalou o país, e com os poucos meios de que as autoridades guineenses possuíam para suprir todas as dificuldades que o país enfrentava e continua enfrentar, por não cumprir com algumas exigências feitas pela comunidade internacional, acabou-se por protelar as necessárias reformas administrativas, sobretudo, a reconstrução do país pós-conflito visando permitir a estabilização do país.

Não obstante, passou a verificar-se recorrentemente golpes de Estado e levantamentos militares, que acabaram por adiar *sine die* o desenvolvimento político, social e económico. Esta é a principal razão pela qual nos últimos anos a Guiné-Bissau tem sido rotulada ora de Estado falhado ora de Estado frágil, devido às constantes perturbações ligadas aos levamentos e golpes militares.

Desde a sua génese, as Forças Armadas da Guiné-Bissau sempre andaram à deriva no papel que lhe cabe enquanto garantes da soberania e da integridade física territorial da RGB. A Reforma do Setor da Segurança iniciada na Guiné-Bissau levada a cabo pela missão da UE e mais tarde pela MISSANG não foi bem compreendida pelos militares, sendo entendida como uma ameaça às influências que vinham exercendo sobre o poder político e sobre toda a sociedade em geral. Esta falta de confiança fez agravar a violência e instabilidade no país. Em vez de se submeterem ao poder político e ao Estado, as Forças Armadas têm sido foco de instabilidade para o normal funcionamento do aparelho administrativo, criando assim, deste modo, o empecilho para afirmação de paz tão almejada na RGB. Torna-se assim, imperativo imprimir neste setor uma reforma profunda, com vista a alcançar a estabilidade, paz e o progresso socioeconómico. Para este processo ser exequível, é imprescindível que os políticos, os militares e toda a esfera da sociedade guineense estejam realmente empenhados o que irá permitir o empreender de dinâmicas a fim de facilitar a prossecução das reformas sem sobressaltos.

Palavras-chave: Estado, Cooperação, Reforma do Setor de Segurança, Forças Armadas.

PRESENTATION

The accumulation of problems during several decades in Guinea-Bissau, which were never being solved in the essence, was the reason for the military-political conflict of the 7th of June of 1998, which destroyed the yet fragile infrastructures that the country was raising.

After the conflict that shook the country, the Guinean authorities had scarce means to fight all the difficulties that the country was facing (and still continues to face), because of not complying with the demands imposed by the international community, since the reconstruction of the country was postponed due to lack of the necessary administrative reforms (especially power conflicts) for the stabilization of the country. Nevertheless, there were frequent coups and military uprisings, which ended up delaying sine die the political, social and economic development. This is the main reason why in recent years Guinea-Bissau has been labelled a failed State (and sometimes a fragile state), due to the disruptions linked to the military.

Since its genesis, the armed forces of Guinea-Bissau always went adrift in their role of guaranteeing the sovereignty and territorial integrity of the RGB. The reform of the security sector initiated in Guinea-Bissau and carried out by a EU mission and later by MISSANG was not understood by the military, being seen as a threat to their influence on the political power and on the whole society in general. This lack of confidence aggravated the violence and instability in the country. Instead of submitting to the political power and to the State, the Armed Forces have been a focus of instability for the normal functioning of the administrative structures, therefore creating difficulties for the affirmation of peace in the RGB. Being so, it is imperative to carry on this reform, in order to reach stability, peace and social and economic progress. To allow this process to be feasible, it is essential that the politicians, the soldiers and the whole sphere of the Guinean society are really dynamically engaged in order to facilitate the reforms without further delays.

Key-words: State, Cooperation, Security Sector Reform, Armed Forces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Failed states index. (Foreign Policy, 2013)	26
--	----

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANP – Assembleia Nacional Popular
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CLP – Combatentes da Liberdade da Pátria
CNE - Comissão Nacional de Eleições
CNT - Conselho Nacional de Transição
CPLP – Comunidade da Língua Portuguesa
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
FA – Forças Armadas
FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FDS - Forças da Defesa e Segurança
GN - Guarda Nacional
GUN – Governo da Unidade Nacional
JM - Junta Militar
LALN - Luta Armada de Libertação Nacional
MFDC - Movimento das Forças Democráticas de Casamança
MISSANG – Missão Angolana na Guiné-Bissau
MLN - Movimento de Libertação Nacional
MPLA - Movimento Popular para Libertação de Angola
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
PDRRI – Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos ex-Combatentes
PESD - Política Europeia de Segurança e Defesa
POP - Polícia da Ordem Pública
PRFF - Programa de Reformas Fiscais e Financeiras
PRNR - Programa de Reconciliação Nacional e de Reconstrução
PRS - Partido da Renovação Social
RDC - República Democrática de Congo
RFI - Rádio França Internacional
RGB – República da Guiné-Bissau

RSDS - Reforma do Setor da Defesa e Segurança

RSS - Reforma do Setor da Segurança

SDS – Setor da Defesa e Segurança

UE- União Europeia

UEMOA - União Económica Monetária dos Estados da África Ocidental

UNODC - Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade

SUMÁRIO:

1	Introdução	17
1.1	Justificação do Tema	20
1.2	Objetivo de Estudo.....	21
1.3	Metodologia Aplicada.....	21
2	A Guiné-Bissau, um Estado frágil e não falhado	23
2.1	Conceito do Estado Falhado.....	23
2.2	Características de Estados falhados aplicados à RGB.....	27
2.2.1	A fraca capacidade económica	31
2.2.2	Conflitos étnicos e religiosos.....	31
2.2.3	A imperícia do controlo físico do território devido às decisões políticas não serem reconhecidas pela maioria esmagadora da população	32
2.2.4	Estados falhados podem servir de atração para organizações criminosas ou terroristas	33
2.3	Foco do Conflito na Guiné-Bissau	33
2.4	Anais dos acontecimentos periódicos de golpes de Estado e assassinatos, na RGB.....	36
2.5	Existirão indícios de a Guiné-Bissau vir a tornar-se num santuário de terrorismo	38
2.6	A RGB, vítima de tráfico ilegal de estupefacientes, provenientes da América Latina, com destino final à Europa	40
3	As Forças Armadas e a Reforma do Setor de Segurança.....	45
3.1	Conceito da Reforma do Setor da Segurança	45
3.2	Historial das Forças Armadas da República da Guiné-Bissau e sua Evolução	48
3.3	Os Antecedentes do Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos ex-Combatentes (PDRRI)	51
3.4	A Missão da UE/RSS na Guiné-Bissau e os Estrangulamentos na Implementação da Reforma do Setor da Segurança	55
3.5	A Contribuição da Missão UE/RSS na Guiné-Bissau	62
3.6	MISSANG: bode expiatório dos jogos geopolíticos e geoestratégicos ou impulsionador do golpe de Estado de 12 de abril de 2012?.....	64
4	Conclusão	72
5	Referências.....	76

1 INTRODUÇÃO

Aquando dos confrontos geoestratégico e geopolítico entre as duas grandes potências mundiais emergentes da II Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os Estados hoje classificados de falhados ou em vias de colapsar serviam de satélites a estes Estados, e que tinha como propósito de os apoiar em consolidação das suas políticas ideológicas e expansionistas, por isso não tinham grande relevância no debate da política internacional, desse modo, foram descuradas a aptidão e a fortificação das instituições do Estado.

No início dos anos 1990, com uma fraca capacidade económica e também fraca capacidade institucional para fazer face aos desafios endógenos postos pelos países doadores, foram levadas a cabo medidas de austeridades que visavam a redução e o controlo efetivo do Estado na economia nacional, com base na adoção de Programa do Ajustamento Estrutural. Na sequência de adoção dessas medidas, o Estado deixou de investir nos setores considerados vitais ao desenvolvimento tais como saúde pública, educação, estradas e agricultura. Aos poucos assiste-se à deterioração e aumento da vulnerabilidade destes Estados, oferecendo perigo aos seus cidadãos e a comunidade internacional.

No entanto, nas últimas duas décadas tem-se observado e discutido a problemática dos Estados falhados, face aos ininterruptos conflitos internos, e principalmente por estes não terem conseguido garantir a segurança e os bens essenciais aos seus povos, consideradas condições mínimas de subsistência para afirmação de um Estado.

Estes conflitos internos só vieram a ter uma forte contestação e atuação dos próprios EUA e da maioria da comunidade internacional quando foi perpetrado por terroristas, a 11 de Setembro de 2001, ataques às Torres Gémeas em Nova Iorque, considerado como uma ameaça ao sistema global.

Daí haver toda a necessidade de criar simetria entre heterógenas instituições intergovernamentais e organizações regionais, reconhecidas internacionalmente tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a UE, a UA, etc., para combater e aniquilar as redes de terrorismo e ao mesmo tempo, se possível, estabelecer a ordem

interna, assim como garantir o desenvolvimento socioeconómico daqueles Estados que, até então, têm sido classificados como falhados ou em vias de colapso.

Há quase quatro décadas da sua existência como um Estado independente, a Guiné-Bissau tem padecido de profundas crises, devido à acumulação de vários problemas nos diferentes quadrantes da sua sociedade. A constante turbulência que país tem conhecido antes e após o conflito político-militar de 1998/99 teve a implicação direta das Forças Armadas (FA) e também dos políticos.

No decorrer da luta de libertação armada, foram os próprios militantes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que serviram ao mesmo tempo de soldados para libertar o território nacional, e que mais tarde acabaram por se transformarem nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Esta será a razão pela qual sempre as FA conservaram uma característica política. Após a revisão constitucional de 1991, quando o país se preparava para aderir ao processo democrático pluralista, as FARP deixaram de constituir o braço armado do PAIGC, para se transformarem nas forças armadas republicanas. Assim, foi atribuído às FARP um novo papel face ao novo contexto político, que é de “defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública” (Guiné-Bissau, 2006). Este facto, aliado à ausência de uma política de superação e, sobretudo, alfabetização dos antigos guerrilheiros, a deterioração do trabalho político-ideológico, as injustiças na promoção e atribuição de patentes e o trabalho técnico-organizativo da sua estrutura, e ainda a forma desorganizada como foi realizada a reforma compulsiva dos antigos combatentes, permitiu a instalação de um clima permanente de mal-estar no seio das FA e da classe castrense em geral. Foi esta mesma longa tradição de violência que acabou por vitimar o líder histórico, Amílcar Cabral¹. Mas adiante, assiste-se a vários golpes de Estado, culminando, mais tarde, no levamento político-militar de 7 de junho de 1998. Foi um dos conflitos mais violentos do que há memória na Guiné-Bissau, após a independência. Ceifou a vida de milhares de pessoas e sobretudo destruiu as parcas infraestruturas de que o país dispunha. Após o conflito de 7 junho, com a subida do Partido da Renovação Social (PRS) ao poder, acabou por se negligenciar a questão das FA, eximindo-as de se subordinarem ao poder político, na medida em que este partido político pretendia transformá-las em suporte e, ao mesmo tempo, braço armado do partido, e

¹ É de relevar que nunca foi devidamente esclarecida a morte de Amílcar Cabral, havendo várias “teorias”.

consequentemente de tribalizar os seus elementos². A Guiné-Bissau transformou-se num país em que impera a lógica militar, e que não tem sabido dedicar-se à resolução do narcotráfico - um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento do país. Como afirma Miranda, “é difícil quantificar os golpes de Estado na Guiné-Bissau, por não ser fácil distinguir entre o que foi um golpe, um levantamento ou mal educação dos militares” (Miranda, 2012).

Incapaz de criar adequadas condições sociais e materiais aos quadros militares devido à fraqueza económica e financeira do país, vai-se assistir à degradação das infraestruturas militares, um dos fatores que vão determinar a deserção de muitos militares. Tal facto, associado aos ajustes de contas antigas, e as constantes depurações, irá ditar a necessidade de se proceder ao recrutamento que se processará tendo como base a pertença étnica, que por seu lado vai dismantelar a cadeia de comando permitindo a corrupção generalizada, incentivada pelo tráfico de drogas, transformando assim, as FA num instrumento que serve os desígnios de tomada do poder por via não democrática.

Perante esta funesta situação, apresenta-se como de capital importância e inadiável levar a bom cabo a Reforma no Setor da Defesa e Segurança (RSDS), na medida em que estas reformas são consideradas como condição *sine qua non* para consolidação da paz duradoura e do desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau. Foi sob esta ótica, que a comunidade internacional e as organizações regionais não têm poupado esforços com vista a encontrar soluções eficazes e duradouras para a construção da paz e segurança na RGB.

A UE, no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)³ e, mais tarde, a República de Angola através da Missão Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), tentaram a nível da Cooperação multilateral e bilateral apoiar a Reforma do Setor de Segurança (RSS) na Guiné-Bissau, que acabou por ter resultados pouco desejosos, devido a constantes levantamentos militares que se têm repetido com muita frequência naquele país.

Para além da UE e Angola, têm sido vários os parceiros que vêm prestando assistência ao Governo da RGB no Setor da Defesa e Segurança, nomeadamente, a

² Afirmação proferida pelo Dr. Hélder Vaz, aquando do debate sobre “a Reconciliação Política na Guiné-Bissau”, organizado pelo Fórum da Diáspora para o Dialogo e Desenvolvimento na Guiné-Bissau, na Faculdade de Direito de Lisboa.

³ Atualmente Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

nível bilateral o Brasil, Portugal, França, Espanha, a China, a Alemanha e o Japão; a nível multilateral a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Gabinete das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNOGBIS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Apesar de todo o acompanhamento da RGB e dos seus parceiros, mormente da União Europeia e da República de Angola, estas missões acabaram por não atingirem os seus objetivos. Assim, a pergunta que se coloca à partida é: **O que esteve por detrás dos sucessivos fracassos de projetos de apoio à Reforma do Setor de Segurança na Guiné-Bissau?**

1.1 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O que nos guiou na escolha da pergunta de partida - “O que esteve por detrás dos sucessivos fracassos de projetos de apoio à Reforma do Setor de Segurança na Guiné-Bissau?” - foi também facto de constituir um tema sobejamente conhecido tanto a nível interno bem como a nível internacional, devido ao facto do Setor de Segurança ser um dos setores mais intempestivos e difícil de se profissionalizar. Após a independência tem-se tentado a desmobilização e reinserção dos ex-combatentes, o que não se chegou a concretizar porque o projeto foi mal concebido. Nos períodos subsequentes, foram várias as iniciativas para levar a bom cabo a RSS na Guiné-Bissau, que têm falhado sistematicamente devido às crises cíclicas que acabam por gerar ondas de instabilidade, obrigando, deste modo, à resistência dos militares e membros de grupos afins, que não aceitam a reforma como um desígnio nacional, por temerem que as supostas reformas visem simplesmente anular a ascendência de determinada etnia, hegemónica nas fileiras das FA, e também por pensarem que vão para a casa sem quaisquer garantias de verem assegurada a sua sobrevivência, como tem sido já observado em diferentes tentativas de reformas tentadas anteriormente, uma vez que as soluções interpostas que sempre foram apresentadas para pacificar a RGB, tanto a nível nacional, bem como da comunidade internacional e os doadores, nunca foram atacadas no âmago. Desta forma, acaba por ficar o Estado sem autoridade para poder agir dentro do seu território nacional. E também incapaz de apresentar as possíveis medidas para o sanar, com vista a alcançar a estabilidade política e económica. Diga-se, por antecipação, que não serão medidas fáceis, se tomarmos em consideração que a sociedade tradicional da RGB se encontra num processo de modernização e, como é sabido, o processo de transição, às vezes, é

muito monótono e requer sobretudo vontade política e a capacidade das autoridades nacionais para se levar a bom cabo a reforma dos setores administrativo, civil e social, mesmo que colidam com os interesses alheios aos do Estado.

1.2 OBJETIVO DE ESTUDO

Devido à sua fragilidade ligada à fratricida guerra de 7 de junho de 1998, que abriu caminho para a instabilidade e a violência recorrente para resoluções dos problemas que têm assolado a RGB, este país foi rotulado em alguns momentos de Estado falhado e, às vezes, de Estado em declínio. Este Estado de poucos anos de existência e com incipiente democracia tem tido dificuldades em colmatar e ultrapassar as barreiras que enfrenta desde a sua construção. A instabilidade permanente, as conspirações, os golpes e contragolpes de Estado, os assassinatos políticos, a violação dos direitos humanos e o tráfico ilegal de estupefacientes no seu território, envolvendo supostamente altas chefias militares e civis, tem sido um *puzzle* para o Sistema Internacional.

Com este tema, pretende-se ilustrar que a RSDS na Guiné-Bissau tem características próprias que a tornam um processo diferente da bitola internacional da RSS, fruto das outras experiências levadas a cabo em alguns países, como a República Democrática de Congo (RDC). Também por detrás deste processo da reforma existem países da sub-região onde a Guiné-Bissau está inserida com interesses geopolíticos e geoestratégicos obscuros, que acabam por vitimar e, conseqüentemente minar todos os esforços das reformas do aparelho administrativo guineense, nomeadamente do setor de segurança. Afinal de contas, quem acaba por ganhar com as contantes depurações na RGB são os países vizinhos, porque tais situações lhes permitem tirar vantagens políticas e económicas. Por conseguinte, é útil tentar perceber que a RGB não é um Estado falhado, mas sim frágil, e que carece de apoio incondicional da comunidade internacional devido à sua fragilidade ligada principalmente à fratricida guerra de 7 de junho de 1998, que abriu caminho à instabilidade e à violência recorrente, para resolução dos problemas que têm assolado a RGB.

1.3 METODOLOGIA APLICADA

A metodologia empregue consistiu na análise de obras e artigos científicos e também na realização de entrevistas a personalidades que pudessem contribuir com os seus

conhecimentos para a realização deste trabalho. Além disso, foram também utilizadas fontes primárias, tais como documentos governamentais.

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte versa sobre o conceito de Estado falhado e as características de Estados falhados aplicadas à RGB. Faz também a identificação e análise do foco dos conflitos na Guiné-Bissau, assim como se debruça sobre os anais dos acontecimentos periódicos de golpes de Estado na Guiné-Bissau. Esta parte também procura responder à questão da existência ou não de indícios de a RGB poder vir a ser um santuário de terrorismo. Finalmente analisa a RGB como vítima de tráfico ilegal de estupefacientes, provenientes da América Latina com destino à Europa.

Uma segunda parte trata dos distintos conceitos sobre a Reforma do Setor de Segurança, faz o historial das FA da República da Guiné-Bissau, analisa os antecedentes do programa de desmobilização, reinserção e reintegração dos ex-combatentes, a missão da UE/RSS na Guiné-Bissau e os estrangulamentos na implementação da RSS e a contribuição da missão UE/RSS na Guiné-Bissau. Termina essa parte com um breve olhar sobre os constrangimentos enfrentados pela MISSANG no apoio à reforma do setor de segurança da Guiné-Bissau.

Na última parte desta dissertação apresentar-se-ão as conclusões, abordando os diferentes problemas que muito têm contribuído para a fragilização do Estado guineense. Também se faz análise dos problemas que têm impedido a implementação dos sucessivos e contundentes projetos de RSS na RGB e, finalmente apresenta soluções que poderão vir a contribuir para as futuras reformas que podem vir a decorrer neste setor, já que essa reforma é imperiosa.

2 A GUINÉ-BISSAU, UM ESTADO FRÁGIL E NÃO FALHADO

2.1 CONCEITO DO ESTADO FALHADO

Para se tratar do conceito do Estado falhado, é crucial ainda entender a definição do Estado. Segundo o Dicionário Verbo, designa o Estado “entidade constituída por uma população, vivendo num território e dirigida por um governo” (Vaza e Amor, 2008, 459).

José Francisco Rezek dizia que “[o] Estado, sujeito originário de direito internacional público, ostenta três elementos conjugados: uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre essa área, e uma forma de governo não-subordinado a qualquer autoridade” (Rezek *apud* Drumond, 1991, 163).

De entre e vários pensadores políticos que abordaram a questão do Estado e nomeadamente do Estado moderno, Maquiavel foi um dos primeiros teóricos do Renascimento a partir do séc. XV, a apresentar uma visão definida do Estado moderno. Na sua conceção “o Estado são conjuntos políticos bastante sólidos, assentes num consenso nacional, centralizados e sem quaisquer outros limites que não os constitucionais, morais e religiosos (...)” (Infopédia, 2003-2012).

Mário Drumond cita Tomas Hobbes que, a propósito do Estado, afirmaria que “[u]ma grande multidão institui a uma pessoa, mediante pactos recíprocos uns com os outros, para em nome de cada um como autora, poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum” (Hobbes *apud* Drumond, 2001, 131).

Cris Brown e Kirsten Anley apresentam também a sua versão de Estado:

O Estado é uma unidade política de base territorial, caracterizada por processos de decisão e mecanismos de aplicação da lei centralizados (um governo e uma administração); o Estado é legalmente «soberano», no sentido em que não reconhece nem um superior externo, nem um igual interno, e o Estado existe num mundo composto por outras unidades política soberanas territoriais, caracterizadas do mesmo modo (Brown e Anley, 2012, 126).

Uma panóplia de políticos e teóricos (académicos) têm analisado e debatido as questões que se prendem com a insegurança que tem atormentado o mundo, desde a

altura em que houve o desmembramento da URSS, em 1990. Apesar de os distintos autores e doadores serem unânimes em certos aspetos, ao conceito do Estado falhado tem sido deveras difícil de encontrar uma definição ecuménica, porque, de um lado, depende exclusivamente da visão e as preferências da comunidade doadora, principalmente quando se trata de verificar a observância ou preenchimento dos diferentes indicadores e, por outro lado, de aptidão e determinação do próprio Estado em poder honrar os seus compromissos tanto endógeno e bem como exógeno.

Para melhor elucidar o conceito em apreço, tendo em consideração a diferente perceção e os métodos que são utilizados por diversos académicos, governos e organizações intergovernamentais para avaliação do desempenho de um Estado, é extremamente pertinente elencamos alguns conceitos, que achamos de particular relevância:

Segundo Francis Fukuyama - O Estado falhado (...) é aquele que não tem capacidade institucional para implementar e impor políticas, muitas vezes induzida por uma falta subjacente de legitimidade de sistema. Normalmente, devido a inoperância destes estados em lidar com os seus assuntos internos, é passível de perder a sua soberania, na medida em que os problemas acabam por afetar de que maneira à segurança internacional (Fukuyama, 2004, 105).

Na ótica do Robert Jackson, os Estados fracassados “são aqueles que não salvaguardem condições mínimas aos civis, ou seja, a paz, ordem e segurança internamente. A maioria dos Estados falhados tende a refugiar-se atrás da capa de soberania, mas no seu interior vive-se uma total anarquia” (Jackson, 1998).

Para Rotberg, Robert I, os Estados-nação falham porque são convulsionados pela violência interna e podem não ter boas políticas para o seu povo. O seu governo perde a legitimidade, e a própria natureza particular do Estado-nação torna-se ilegítima perante os seus cidadãos. Geralmente, estes Estados não têm autoridades para exercerem coerção sobre seus povos, atirando-os numa anarquia (Rotberg, 2003).

Na perspetiva de Gerard Helman, e Steven Ratner, “Estados falhados põem em perigo os seus próprios cidadãos e ameaçam os Estados vizinhos, devido ao fluxo de refugiados causados por instabilidade política e governativa” (Helman, Ratner, 1993, 3-21).

Em relação às organizações internacionais, encontramos visões diversas. É o caso da UE, que considera falhado o Estado:

Que possui estruturas débeis ou em desagregação e a situações em que o contrato social é rompido devido a incapacidade ou à falta de vontade do Estado de assumir as suas funções de base, cumprir as suas obrigações e responsabilidade no que diz respeito ao Estado de Direito, proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, segurança da população, redução de pobreza, prestação de serviços, transparência e gestão de recursos e acesso equitativo ao poder (União Europeia, 2007).

Na perspetiva do DFID (Departamento para o Desenvolvimento Internacional), “um Estado é falhado quando o governo não consegue satisfazer necessidades básicas à maioria da população, sobretudo aos mais pobres. As funções do Estado consistem na redução de pobreza, controlo do seu território, garantir segurança a sua população, capacidade de gerir bens públicos, prestação de serviços básicos (...)”. (DFID, 2005).

Segundo o BM (Banco Mundial), nos termos do programa *Low Income Countries Under Stress* (LICUS), “as maiores ameaças para o progresso e a paz são os ciclos crónicos de violência que se vivem em Estados onde as instituições ou são muito frágeis ou pura e simplesmente não funcionam” (Sol, 2011).

Para a USAID (*United States Agency for International Development*), “são Estados vulneráveis e vivem em constante crise” (USAID, 2005, 1).

No prisma da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico),

Um Estado é frágil quando as estruturas estatais apresentam um défice de vontade política e/ou de capacidade de assegurar aos seus cidadãos as funções básicas necessárias à redução da pobreza, ao desenvolvimento e à salvaguarda da segurança e dos direitos humanos das suas populações (OCDE, 2011).

A fim de se tornar a definição ainda mais concisa e abrangente, o *Think Tank & Found for Peace* em conjunto com a revista *Foreign Policy* (Foreign Policy, 2012) fazem anualmente a publicação de índices dos Estados falhados. A classificação é baseada na pontuação dos 12 indicadores de vulnerabilidade do Estado, que são os seguintes:

Quatro sociais – pressões demográficas, refugiados, conflitos entre grupos e a fuga dos cérebros;

Dois económicos – desigualdade socioeconómica e declínio económico; e,

Seis políticos – deslegitimação do Estado, fragmentação de elites e intervenção externa.

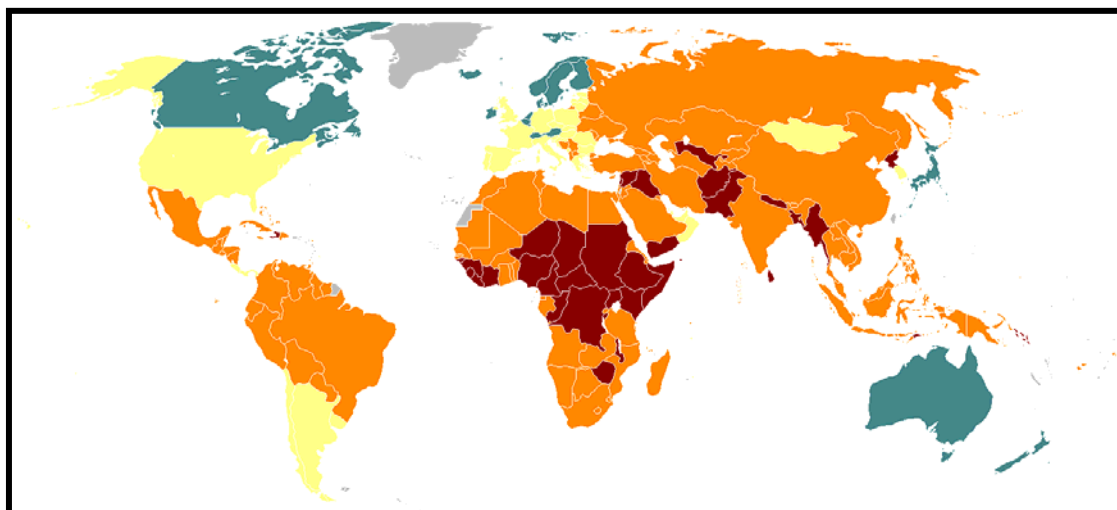


Ilustração 1 - Failed states index. (Foreign Policy, 2013)

Os países que se encontram na área vermelha são considerados de “alerta, FSI de 90 ou mais”, os de laranja “Aviso, FSI de 60 ou mais” e, finalmente, os de amarelo “Moderado, FSI de 30 ou mais”. Estas categorias englobam uma ampla área das sociedades e instituições com diminuta capacidade material e humana de impor a ordem interna e controlar as suas fronteiras.

Após termos compulsado várias literaturas, constatamos que a maioria esmagadora dos políticos e académicos foram unânimes em afirmar que um Estado falhado é aquele que vive em constante conflito interno. Também não consegue garantir bens essenciais ao seu povo (segurança, saúde, educação, infraestruturas, direitos humanos) e, sobretudo, ter o monopólio ou controlo físico de uso de força dentro do seu próprio território. Ou seja, no primeiro caso, há outros grupos armados que exercem a coerção nas zonas do território por eles controlados; no segundo caso, embora não haja outros grupos armados, as autoridades políticas não controlam as forças estatais, por falta de subordinação ao poder político.

2.2 CARACTERÍSTICAS DE ESTADOS FALHADOS APLICADOS À RGB

Tendo em consideração a multiplicidade do conceito dos Estados falhados, principalmente da forma como o conceito foi concebido e tendo como base a visão dos diferentes teóricos, pode-se afirmar, após ter compulsado vários documentos, que a sua definição comporta as seguintes características:

- a) São os Estados que possuem fraca capacidade económica;
- b) Conflitos étnicos e religiosos;
- c) A imperícia do controlo físico do seu território, visto que as decisões políticas não são reconhecidas pela maioria esmagadora da população;
- d) Pode servir de atração para organizações criminosas ou de terroristas.

Após a análise minuciosa das características dos Estados falhados é agora a altura de as aplicar à realidade da Guiné-Bissau.

Devido à resistência de Portugal em conceder cedo e, por via pacífica, a independência à então Guiné Portuguesa, não se conseguiu fazer prevalecer o diálogo, tendo sido cometidas atrocidades e violência em grande escala contra o povo guineense. Para esse povo se libertar, foi travada, no território guineense, uma luta armada, violenta e sangrenta, que ceifou a vida de milhares de guineenses e portugueses.

O próprio sistema político vigente em Portugal era um regime ditatorial, que viria a ser deposto por um golpe militar, em 1974. Certamente que este tipo de regime não podia servir de panaceia para um Estado Novo que se pretendia em África, por não ser um padrão universal aceite. A ditadura teve o seu início em Portugal a partir de 1933.

Como afirma Guilherme Zeverino, “ (...) quando começou a guerra contra Portugal, em 1963, mais de 90% da população guineense era analfabeta e apenas 14 homens, na sua maioria de origem cabo-verdiana, tinham a formação universitária” (Zeverino *apud* Afonso & Gomes, 2005,82).

Salientamos que, desde 1860, na província de Cabo-Verde, foi aberto o liceu em São Vicente e que a maioria dos cabo-verdianos que vivia na parte continental era assimilada e era recrutada para ir trabalhar nas administrações de colónias

portuguesas. No caso da Guiné-Bissau, o único liceu começou a funcionar só a partir de 1958, e era muito seletivo e era um estabelecimento reservado seletivamente aos filhos dos oficiais e funcionários da administração colonial.

No entanto, no decorrer da luta de libertação armada, o PAIGC pôde contar com alguns quadros, na maioria formados na ex-U.R.S.S., embora com pouca qualificação e experiência administrativa. Com a independência total do País em 1974, a existência de escassos recursos humanos tornava muito difícil construir o Estado Novo que se pretendia na altura. Esta situação agravou-se ainda mais após a retirada dos quadros cabo-verdianos que asseguravam a administração colonial e dos poucos guineenses que temendo as represálias do novo poder se refugiaram na antiga Metrópole. Esta forte contestação empreendida pela ala guineense no seio do PAIGC veio a desembocar no golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, protagonizado pelo então General Nino Vieira e os seus companheiros de armas, acusando cabo-verdianos de favoritismos aos seus, excluindo assim os guineenses da esfera de decisão.

Nos anos seguintes, o país lidou com vários problemas, desde matanças arbitrárias intrinsecamente ligadas à luta pelo poder, abuso de poder, corrupção ativa, nepotismo, etc. Todos estes factos acabaram por afluir no sangrento conflito político-militar de 7 de junho de 1998. Se não tivesse acontecido esta guerra, segundo o relatório produzido pelo Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), entre os 20 países que obtiveram um crescimento económico de cerca de 5%, em 1998, encontrar-se-iam três países lusófonos, nomeadamente Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau (African Development Bank, 1988).

Com o fim da guerra civil de 7 de junho, de facto, a situação político-militar deteriorou-se cada vez mais devido à vitória da Junta Militar sobre as forças governamentais, que, na realidade, não detinha efetivamente o controlo político.

Se a parte governamental tivesse saído vencedora no conflito político-militar de 7 de junho, os militares não teriam tido o papel de relevo que hoje têm porque o Governo teria o controlo efetivo dos militares, que respeitariam os princípios democráticos que visavam a sua subordinação ao poder político legalmente instituído através das urnas. Como referiu o Sandji Fati, durante uma conferência no Instituto de Defesa Nacional, sobre a Prevenção e Resolução dos Conflitos em África (IDN, 2011), “propuseram-me

aderir à Junta Militar, não quis porque não são legais. A mim enquanto militar, formado na Academia, ensinaram-me a respeitar o poder político”.

Da parte de Junta Militar, o poder sempre foi exercido pelos militares, uma vez que não estavam debaixo de nenhum comando político para os conduzir. Só quando houve necessidade de explicar à comunidade internacional o porquê do referido levantamento é que os políticos foram chamados para exercerem o seu papel que era o de informar a opinião pública nacional e internacional do que se estava a passar. A última decisão sempre cabia aos militares.

Esta situação acabara por dar mais azo aos militares. Situação cimentada com o Acordo de Abuja que conferiu ao Comandante Supremo da Junta Militar o estatuto de copresidente, facto que viria, mais tarde, a originar o assassinato do General Ansumane Mané, por entrar em constante conflito com o então Presidente da República eleito, Kumba Yala. É de salientar que, o acordo de Abuja acabou por perder a sua funcionalidade efetiva, após ter observado o retorno à normalidade constitucional, motivada pela guerra de 7 de junho.

Ao invés de se tentar subordinar os militares ao poder político, a comunidade internacional mostrou-se mais interessada na realização das eleições, mesmo tendo conhecimento do perigo que isso pudesse representar para um país debilitado e dilacerado pela fratricida guerra. Assim, as questões prementes foram postas de lado, tais como a desmobilização e reinserção dos ex-combatentes, a Reforma do Setor da Defesa e Segurança e a reabilitação das infraestruturas, de modo a permitir ao país reencontrar-se.

Em 2000 foi concebido pela comunidade internacional um programa de reconstrução de Estados pós-conflito, que visava o reforço das capacidades institucionais. Sendo um país emergente da guerra civil, era da extrema importância que a Guiné-Bissau beneficiasse do programa em causa.

A RGB não chegou a ser abrangida pelo referido programa pós-conflito nem por apoios externos. Isso deve-se, em certa medida, às condições impostas pelos doadores que não tiveram em consideração as fragilidades de um país fustigado pela guerra, acabando por inviabilizar, dessa forma, o acesso do País aos fundos necessários a sua reconstrução.

As eleições de 2001 não foram panaceia para a resolução dos conflitos internos e edificação de um Estado de Direito Democrático, dado que as instituições estavam muito fragilizadas e, para além disso, não foi promovido o diálogo político e social, como pedra basilar para a consolidação da paz. Esta situação fez com que as autoridades eleitas tivessem enormes dificuldades em fazer afirmar a sua autoridade e a obrigar os cidadãos a cumprirem a lei. Para Francis Fukuyama, “resolver o problema de curto prazo e adiar a criação de meios institucionais de longo prazo é frequentemente tudo quanto pode fazer-se em tais circunstâncias” (Fukuyama, 2005, 111).

Fora anunciada pela comunidade internacional, durante a Mesa Redonda organizada pelos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, em 4 e 5 de maio de 1999, uma ajuda significativa que visava a reabilitação das infraestruturas, a reconciliação nacional, a reconstrução e o relançamento económico. O montante prometido não foi desembolsado, e também houve pouco engajamento dos doadores em mobilizar e desbloquear fundos, acabando por dificultar ainda mais a reconciliação nacional. Assim, o crescimento económico ficou aquém das expectativas, devido à não reabilitação das infraestruturas. Todos estes factos acabaram por exacerbar a instabilidade.

Se se proceder a uma comparação meticulosa entre os países que se afiguram no índice de estados falhados, nomeadamente apoiando-se na comparação levada a cabo pelo *Think Tank & Fund for Peace* e pelo *Foreign Policy*, e por distintos autores acima supracitados, podemos concluir o seguinte:

A situação da RGB não se assemelha em nada à Somália, ao Iraque e ao Afeganistão, países onde existe um total vácuo no aparelho do Estado, onde cada grupo controla uma parcela do território e aí instaura a sua lei. Por outro lado, a Guiné-Bissau não é uma ditadura como a da Coreia do Norte.

Com base nos elementos supra elencados, concluímos que a Guiné-Bissau é sim um Estado frágil, que se encontra numa fase de profunda reformulação da sua política social e económica, como muitos países que já trilharam a mesma senda, como Portugal depois de várias décadas de regime ditatorial, ou a Ruanda onde aconteceu o maior genocídio nunca antes visto no mundo.

2.2.1 A FRACA CAPACIDADE ECONÓMICA

Apesar das dificuldades com que se debate, a RGB tem tido um bom desempenho económico. Entre 2006 e 2010, o país teve um crescimento económico brando devido à ressaca do conflito político-militar de 7 de junho de 1998. Foram levadas a cabo mudanças expressivas, nomeadamente na gestão das finanças públicas, o que permitiu o crescimento do PIB, e das exportações, etc. Devido a estas e outras medidas, sobretudo com a estabilidade verificada em 2011, a economia do país conheceu um ritmo acelerado, atingindo o crescimento real de PIB em 5,3%. Este crescimento permitiu que as autoridades guineenses conseguissem suprimir algumas dificuldades que vinham tolhendo o país de se autofinanciar com vista a investir na reabilitação das infraestruturas, no melhoramento progressivo da vida das populações e no cumprimento das obrigações das dívidas internas.

Nesta base, devido ao reconhecimento do bom desempenho que o executivo guineense reportava, os parceiros da Guiné-Bissau, mormente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e os países que fazem parte do “Clube de Paris” decidiram perdoar a dívida externa multilateral da Guiné-Bissau em mais de 80% (African Development Bank, 1998).

2.2.2 CONFLITOS ÉTNICOS E RELIGIOSOS

Felizmente, desde a criação do Estado da Guiné-Bissau nunca se verificou um real confronto étnico, porque o princípio primordial da luta armada de libertação nacional foi assente na diversidade étnica e baseado na coesão social, com vista à emancipação na generalidade do povo guineense. Apesar de existir em cada região uma predominância étnica própria, podemos encontrar em todas as regiões outros grupos, numa proporção menor, e o casamento interétnico é uma realidade incontestável que tem resultado conseqüentemente, acima e antes de tudo, de transformações e de influências recíprocas, de tal forma que as minorias e as maiorias sociológicas se fundem e se hierarquizam, de modo pacífico, justo e natural, no mesmo contexto comunitário e no respeito das diversidades da grande variedade dos valores que compõem a Guiné. Isso, o povo guineense tem mostrado com grande exuberância, apesar de alguns políticos terem tentado ultimamente fazer do aproveitamento étnico a sua arma de arremesso. Mesmo esses serão obrigados a utilizar elementos dos outros grupos étnicos quando tiverem que formar as suas estruturas partidárias ou na

formação do governo de modo a permitir o necessário equilíbrio étnico. Na Guiné não existe de facto um partido essencialmente de cariz étnico ou religioso porque toda a tentativa nesse sentido resultou em fracasso. Temos o exemplo do PRS cuja base eleitoral é a tribo balanta, mas que segundo as estatísticas tem estado a perder de ano para ano números significativos de eleitores. O mesmo aconteceu com a coligação eleitoral, União Eleitoral que tentou a aliciar a tribo fula, um dos grandes grupos étnicos que compõem a população da Guiné. Os seus apelos não surtiram efeito, não conseguindo inclusive eleger um só deputado. O defunto presidente Malam Bacai Sanhá cometeu o erro de fazer apelo ao voto religioso e foi literalmente esmagado por Kumba Yalá na 2ª volta das eleições de 2000. Isto demonstra que a tolerância religiosa é uma realidade na Guiné – Bissau, tanto assim que é comum encontrar uma família mestiça, de pais com credos religiosos diferentes.

Assim, tudo indica que a Guiné-Bissau deve continuar a trilhar na mesma senda, consolidando a paridade étnica, resolvendo, com rapidez e eficácia, os problemas locais de todos os dias, que, sendo de início fáceis e simples, se podem complicar ou degenerar em tensões graves, desencadeadas em cadeia, uma vez que sejam descuradas.

2.2.3 A IMPERÍCIA DO CONTROLO FÍSICO DO TERRITÓRIO DEVIDO ÀS DECISÕES POLÍTICAS NÃO SEREM RECONHECIDAS PELA MAIORIA ESMAGADORA DA POPULAÇÃO

Devido à falta de meios para exercer o monopólio de uso de força dentro do seu próprio território, as autoridades guineenses têm tido imensas dificuldades decorrentes da não subordinação dos militares ao poder político, deparando-se com uma situação crítica no que diz respeito à implementação de mecanismos com vista a uma boa governação. Apesar de tudo, na Guiné-Bissau é reconhecida o poder das autoridades governamentais. As forças policiais e militares que existem no território nacional quando decidem impor a ordem interna, conseguem fazê-lo de uma forma determinante, embora tal devesse ser sob orientações do poder político. E mais, as autoridades são legitimadas através do sufrágio universal, onde a comunidade internacional e organizações afins observam e acompanham o escrutínio. Na Guiné-Bissau existe legislação que regula o normal funcionamento do Estado, mas, no entanto, as autoridades têm encontrado resistência da parte dos militares que se mostram indisponíveis em se submeter ao poder político.

2.2.4 ESTADOS FALHADOS PODEM SERVIR DE ATRAÇÃO PARA ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS OU TERRORISTAS

A RGB não constitui um santuário do terrorismo e nem é um narco-Estado. No entanto, devido à sua fragilidade o seu território é utilizado pelos traficantes, essencialmente para o transporte de droga com o destino à Europa. Mas na Guiné não é produzida droga alguma e nem o Estado, nem as suas estruturas vivem dos recursos do tráfico da droga, como às vezes, ligeiramente, se faz crer.

É verdade que a Guiné, como muitos países de África e do mundo, sofre de uma instabilidade e de uma agitação que não favorecem o normal funcionamento das suas instituições, o progresso económico e a promoção das suas populações.

Essas referidas instabilidade e agitação derivam de um certo número de causas relacionadas entre si, tais como as frustrações geradas pela independência devido às elevadas expectativas criadas, com a não realização de uma verdadeira reforma económica e social, com o desemprego, com os conflitos resultantes da luta hegemónica pelo poder e ainda com os interesses geopolíticos e geoestratégicos dos países mais fortes. Porém a Guiné tem conseguido manter o total controlo do seu território nacional, mau grado as disputas fronteiriças com os vizinhos (Senegal e Guiné-Conacri). Parece assim ser claro que a RGB é um estado unitário, centralizado, solidário e suficientemente coeso, apesar de todas as suas fragilidades.

2.3 FOCO DO CONFLITO NA GUINÉ-BISSAU

A espiral de violência que a RGB tem conhecido remonta aos primórdios da luta de libertação armada. Sobre os problemas que tem afetado a RGB, vários estudiosos e políticos tentaram entender o que está na origem dos constantes sobressaltos que tem assolado o país.

Segundo o relatório produzido pela ONG Voz di Paz, criada em 2007 por iniciativa do parlamento guineense e apoiada pela ONU, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e o apoio da ONG Portuguesa Aliança Internacional para a Consolidação da Paz Interpeace⁴, durante a auscultação efetuada a todo o território

⁴ A Interpeace – foi criada pela ONU, em 1994, para ajudar a resolver o problema das sociedades com conflitos internos. Tornou-se independente em 2000, passando a trabalhar quer como ONG, quer num programa conjunto com a ONU.

nacional, inquirindo diferentes sensibilidades, concernentes às causas de conflitos na RGB, foram identificados os seguintes elementos de instabilidade:

A nível da problemática nacional – 1) A fragilização da instituição de Estado; 2) A má governação; 3) A fraca administração da justiça e o tribalismo (são elementos catalisadores do conflito na RGB); 4) A instabilidade política e institucional; 5) O tráfico de drogas ilícitas; 6) A corrupção endémica; 7) A inexistência do diálogo.

Ao nível regional – 1) A insegurança das pessoas e propriedades; 2) A má gestão de terras e recursos, e 3) As práticas socioculturais prejudiciais.

Para o Diretor da ONG “Voz di Paz”, Fafali Kodawo, o que mais motiva o conflito na RGB é a “instrumentalização das etnias para fins políticos, que representa uma séria ameaça à paz social” (Nobas di Guiné, 2011).

Segundo o economista e consultor, Dr. Eduardo Fernandes, intervindo num colóquio organizado pelos estudantes africanos na diáspora sobre o tema da situação de instabilidade política e institucional na RGB, na sua abordagem analítica, “ a violência na sociedade guineense é uma das condicionantes propiciadoras de um ambiente de tensão, sustentando a tese de que falhou na RGB a questão da reconciliação nacional enquanto o processo crucial para a estabilidade governativa” (Pro-África, 2010).

Na ótica do Diretor Geral da CPLP, Dr. Hélder Vaz, “o golpe de 14 de novembro de 1980, protagonizado pelo Nino Vieira, constitui o retorno à lógica “pré-congresso de Cassacá” (Pro-África, 2010). Salienta-se que um dos motivos para realização do Congresso de Cassacá, consistia em travar os desmandos cometidos, por alguns responsáveis do Partido, onde foram tomadas medidas severas para punir os infratores. O golpe de 14 de novembro de 1980, designado de movimento reajustador, precisamente tinha como objetivo acabar com o desfasamento dentro do PAIGC, que visava conter a hegemonia dos cabo-verdianos, porque a fação guineense sentia-se injustiçada. E não só também para fazer face à situação de penúria que se registava no país, em virtude do agravamento da situação económica e social, que deplorava dia após dia. Desta feita, foi dado o golpe com intuito de melhorar a situação, que veio a agravar-se mais tarde, com a violência levada a cabo pelo então regime.

Ainda Txerno Djaló, professor universitário, exprimiu que os acontecimentos conhecidos como o caso de 17 de outubro de 1985 e que retrataram fuzilamentos de

Paulo Correia, na altura primeiro Vice-presidente do Conselho de Estado, do Ministro da Justiça e do poder local, e também do Viriato Pan, ex-Procurador Geral da República, acusados de alegada tentativa de golpe de Estado no período do presidencialismo de Nino Vieira, representaram “um marco de instabilidade e de instrumentalização do sentimento étnico no seio das FA, grosso modo, constituídas por indivíduos da etnia Balanta” (Pro-África, 2010). Neste período foi acusado a maioria dos oficiais militares balantas de estarem a preparar um golpe de Estado. Nesta sequência, mais tarde, houve julgamentos dos militares em causa, que posteriormente, na sua maioria, foram condenados à pena capital e os restantes detidos na prisão de Caras, Ilha de Bubaque. Com o fim da guerra de 7 de junho, assiste-se ao reaparecimento em massa dos oficiais balantas na hierarquia das FA, e não só, também a sua ascensão ao mais alto cargo do aparelho do Estado. Neste sentido, presume-se que existe um grande sentimento de vingança inerente ao passado.

E, por último, o Hélder Vaz refere que a outra fonte de instabilidade na RGB será a “tentativa de captura do Estado guineense por parte de cartéis da droga, designadamente os cartéis colombianos de Medellín” (Pro-África, 2010). Isto parece evidente, com a circulação de estupefacientes no território da Guiné-Bissau, sobretudo servindo de placa giratória com o destino à Europa, para depois se disseminar a vários países. Perante este flagelo, têm surgido diferentes fações, em diferentes quadrantes da sociedade guineense, que disputam o controlo efetivo dos negócios referentes a drogas, daí resultar o fracasso de Estado, e sobretudo o ter-se tornado refém dos interesses alheios que contribuem para o seu disfuncionamento.

Conclui-se que na Guiné-Bissau a tolerância e o diálogo não têm sido privilegiados como forma de poder ultrapassar sucessivas convulsões internas que têm abalado o país desde os primórdios, originando o bloqueio das instituições e tornando-as frágeis e incapazes de tomarem medidas para fazer afirmar o seu poder. Daí resulta a luta pelo monopólio de poder tendo como foco central as forças armadas. Também, e não menos importante, o tráfico de drogas, nos últimos anos, tem conduzido o país ao abismo.

2.4 ANAIS DOS ACONTECIMENTOS PERIÓDICOS DE GOLPES DE ESTADO E ASSASSINATOS, NA RGB

A RGB proclamou a sua independência em 24 de setembro de 1974. Desde que germinou como um Estado livre e independente tem vindo a debater-se com a turbulência político-militar que, de certo modo, acaba por contribuir de uma forma inequívoca para o retrocesso do país, empurrando-o para o limiar da pobreza.

A Guiné-Bissau encontra-se com uma economia debilitada, o aumento considerável de extrema pobreza e de crime organizado, uma Administração Pública aquém da expectativa e em que urge ser levado a cabo uma reforma de raiz, sem relegar para plano secundário setores extremamente importantes e que carecem de intervenção o mais breve possível, tais como a educação e a saúde, sendo urgente a água potável e o saneamento básico.

Em 1990, ao preparar-se para aderir ao processo democrático, foi revista a Constituição da República. No ano seguinte a RGB vive um período não existente anteriormente, ao aderir efetivamente ao pluripartidarismo. Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias, onde, pela primeira vez na história da RGB, ao povo foi conferido o poder de escolher livremente através do sufrágio universal quem deveria assumir o comando do país. Nesta sequência, foi eleito como Presidente da república João Bernardo Vieira, mais conhecido por Nino Vieira. E as eleições legislativas foram ganhas pelo PAIGC. Após as eleições, foi dado o primeiro sinal de desconforto no interior do PAIGC, tudo porque Nino Vieira não queria que o Manuel Saturnino da Costa, como Secretário-geral do Partido, fosse o primeiro-ministro. Um duelo que foi ganho por Saturnino após a votação no Comité Central do PAIGC, onde houve várias candidaturas, inclui do Eng.º Carlos Correia que Nino queria que fosse primeiro-ministro. Em 1997, o governo do Manel Saturnino foi finalmente destituído, entrando para o seu lugar o Eng.º Carlos Correia. Em junho de 1998 houve uma rebelião militar comandado pelo Brigadeiro Ansumane Mané e os seus companheiros de armas, que acabou por retirar Nino Vieira do poder. Em 2000, após terminado o conflito político-militar, foram realizadas conjuntamente as eleições presidenciais e legislativas, sendo eleito para presidência da República o Kumba Yala, tendo as eleições legislativas sido ganhas pelo Partido da Renovação Social (PRS). Em 2003, devido à má governação do país, que se traduzia na miséria, fome, pobreza e corrupção, sob a iniciativa dos militares liderado pelo CEMGFA, General Veríssimo

Correia Seabra, foi deposto o então Presidente Kumba Yala e conseqüentemente foram destituídas os órgãos da soberania. Assim, foi chamado Henrique Pereira Rosa para dirigir o destino do país até as novas eleições, e para a testa do Governo de Unidade Nacional (GUN) foi convidado Artur Sanha. Durante a vigência do então Presidente Rosa houve uma sublevação militar que culminou com a morte do General Veríssimo Correia Seabra, sendo este acusado de má gestão dos dinheiros provenientes de uma missão efetuada pelos militares fora do país. Em 2005, Nino Vieira, exilado em Portugal, regressa ao país natal para se candidatar às eleições presidenciais, onde se consagrou o vencedor do escrutínio. No dia 2 de março de 2009, foi colocado uma bomba no Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), acabando por ceifar a vida do CEMGFA, General Tagme Nawie. Horas depois, Nino Vieira era assinado na sua residência.

Em virtude do desaparecimento físico do Presidente da República, foram organizadas eleições presidenciais, e foi eleito Malam Bacai Sanhá Presidente da RGB. Após os momentos turbulentos que país então viveu, sem cessar o seu mandato, Bacai Sanhá veio a falecer, devido a doença prolongada. Após a morte de Bacai Sanhá o país mergulhou de novo numa instabilidade política profunda, sobretudo devido à luta pela sucessão do malgrado presidente.

No dia 18 de março, quando decorria a votação das eleições presidenciais, Samba Djaló, ex-Chefe das informações militares na época em que Zamora Induta estava à frente das Chefias Militares, é preso na sequência da sublevação militar de 1 de abril de 2009, sendo assassinado ao pé da sua residência. Em virtude dessa ocorrência, Zamora Induta foi obrigado a refugiar-se nas instalações da UE, em Bissau, temendo represália por parte dos militares.

Decorrente desta situação, concluímos que os frequentes assassinatos e golpes de Estado que o país tem assistido, derivam em muitos casos da luta pela ascensão ao poder, onde as pessoas estão sujeitas a sevícias psicológicas e corporais, preterindo assim o diálogo como forma de encontrar soluções plausíveis para estancar os males que vêm pôr em causa há já deficitária democracia.

2.5 EXISTIRÃO INDÍCIOS DE A GUINÉ-BISSAU VIR A TORNAR-SE NUM SANTUÁRIO DE TERRORISMO

O terrorismo é um ato altamente nocivo e bárbaro para qualquer sociedade, sobretudo para as mais desorganizadas onde Estado não tem capacidade de controlo das suas fronteiras e ou de garantir segurança a sua população.

Durante várias décadas, o terrorismo tem vindo a agitar o Sistema Internacional. Para fazer face a este pernicioso fenómeno, para a sua prevenção e o combate, vários instrumentos jurídicos internacionais foram aprovados a nível das organizações regionais e universais.

Os ataques de 11 de setembro, em 2001, às torres gémeas nos EUA, foram condenados pela UE por serem em causa a segurança internacional. Tendo em conta a gravidade do facto ocorrido nos EUA.

A UE definiu terroristas como “ (...) pessoas, grupos ou entidades que cometem, ou tentam cometer, atos terroristas, participam ou facilitam a sua execução. Ainda, entende-se por ato de terrorismo, quando intimidar seriamente a população, coagir o governo a abdicar-se da realização de qualquer ato desestabilizar a estrutura política, constitucional, economia e social de um país ou organização internacional (União Europeia, 2002).

Com base nesta definição, para a UE podem ser entendidos como atos de terrorismo os atentados, sequestros, a extorsão, entre outros.

À semelhança da UE, a ONU definiu o ato de terrorismo como “qualquer ato destinado a causar a morte ou lesões corporais graves a um civil ou qualquer outra pessoa que não participou diretamente nas hostilidades em uma situação de conflito armado, quando o propósito deste ato, por contexto da sua natureza, se intimidar uma população ou obrigar a um governo ou uma organização internacional a realizar um ato ou abster-se de fazer (Nações Unidas, 1999).

Devido aos conflitos cíclicos que têm catapultado a RGB para a beira do abismo, sobretudo o fenómeno de droga, as autoridades guineense não dispõem do poder de impor ordem a nível interno, diminuindo assim a sua capacidade para controlar o seu território, deixando as fronteiras à mercê da circulação de drogas e cometimento de crimes hediondos. No ínterim, esta fragilidade que o país tem vindo a demonstrar ao mundo fora tem provocado, de certo modo, inquietação, ao ponto de colocar em alerta

a comunidade internacional, porque o Estado da RGB sozinho não dispõe de meios para combater qualquer crime e garantir a segurança nas suas fronteiras.

De acordo com Diretor do Centro Africano de Estudos sobre o Terrorismo (CAET) da UA, Francisco Caetano José Madeira, após ter efetuado a visita ao Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, ao Porto de Bissau e conseqüentemente à zona fronteira, chegou à conclusão que “se a terroristas decidirem atacar importante infraestrutura deste país, o plano seria concretizado (...), (...) a RGB apresenta fragilidades, quase em todas áreas estratégicas de defesa (...)” (Agência Notícia da Guiné-Bissau, 2011). E, neste sentido, torna-se premente acionar mecanismos com vista a dotar as autoridades guineense de meios eficazes e de treino do pessoal ligado à segurança, sendo que a vulnerabilidade do próprio Estado em todas as áreas estratégicas de segurança mostra por si só o quão é importante reconfigurar o sistema de segurança que se operava até então.

Portanto, até à presente data, não se manifestou nenhum indício de um eventual ataque terrorista na Guiné-Bissau, e por outro lado, não se ouviu falar de redes terroristas albergado no território da RGB, exceto a detenção em Bissau, no dia 12 de janeiro de 2008, de dois cidadãos mauritanos, suspeitos de terem assassinado quatro turistas franceses na Mauritânia. Os suspeitos foram presos num dos hotéis da capital, quando preparavam a fuga para a Argélia. Ao serem interrogados, os alegados terroristas confessaram que pertenciam à rede terrorista de Al-Qaeda, facto que deixou as autoridades guineenses e analistas políticos estupefactos e apreensivos, face aos motivos por que haviam escolhido a capital guineense para se refugiarem. Antes de deixarem Bissau, na companhia das autoridades francesa e mauritana, os acusados deixaram um aviso ameaçador às autoridades guineenses, de que iriam se arrepender por os ter prendido.

Segundo o analista político guineense, Huco Monteiro, “o facto de a RGB ser um país equilibrado do ponto de vista religioso, sem fundamentalismo católicos, protestantes ou muçulmanos, por isso não conseguiram encontrar uma comunidade que os protegesse” (Africanidade, 2008). Isso significa que a RGB não é um santuário de células de terroristas e que as etnias existentes no país conseguem juntar-se para lutar contra preconceitos religiosos. Além disso, demonstra igualmente que, apesar de a RGB ser constituída por diferentes grupos étnicos, os mesmos têm princípios e valores comuns face ao terrorismo.

O ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. João Cravinho, afirmou que “não há conhecimento da existência de bases de terroristas na África Ocidental, mas, (...) no entanto, que as instituições fragilizadas facilitam atividades criminosas, em especial a lavagem de dinheiro” (Africanidade, 2008).

Também o ex-Presidente da ANP, Francisco Benante, afirmou que ainda “é cedo para se perceber se o país é apetecível para terroristas” (Africanidade, 2008).

Apesar de ainda não se ter arraigado o fenómeno terrorismo na RGB ou de este país não constituir até agora um santuário de redes terroristas, e sendo embora o Estado da RGB laico segundo rege a Constituição, as autoridades competentes devem começar a tomar medidas de prevenção com vista a impedir e dissuadir qualquer possível atentado e contaminação do país com atividades terroristas, seja na forma da existência de células ou santuários, seja mesmo na possibilidade de ocorrência de atentados. Também deverá ser exercido controlo apertado (ou supervisão) à constante proliferação de “seitas” originadas de países em constante convulsão social.

Geralmente as organizações criminosas conseguem locomover-se com muita facilidade, tendo em conta a capacidade financeira e materiais que dispõem, particularmente num país com elevado índice de corrupção e extremamente débil ao nível da segurança. Por isso, é extremamente importante apetrechar o Estado guineense com os meios para combater qualquer tipo de crime organizado, quer no interior dos seus territórios, quer nas suas fronteiras.

2.6 A RGB, VÍTIMA DE TRÁFICO ILEGAL DE ESTUPEFACIENTES, PROVENIENTES DA AMÉRICA LATINA, COM DESTINO FINAL À EUROPA

O tráfico de cocaína para os EUA tem diminuído muito devido ao forte dispositivo de segurança nas fronteiras dos EUA com os seus vizinhos da América Latina, que visa principalmente estancar a entrada de drogas no seu território. Apesar de fortes críticas às diligências tomadas pelas autoridades dos EUA em controlar drogas provenientes das zonas fronteiriças, foram construídas vedações e não só também foram aplicados métodos repressivos que violam flagrantemente os direitos humanos, houve uma redução considerável de consumo de cocaína. Para fazer transportar as drogas, por sua vez, os narcotraficantes têm procurado as rotas de tráfico mais viáveis e fáceis. Neste contexto, a África serviria do elo da ligação entre a América Latina e Europa, para o abastecimento do maior mercado de consumo de estupefacientes. Esta prática

vem criando inúmeros problemas para os países africanos e está a contribuir ainda mais para o aumento da violência que o tráfico sempre é suscetível de criar fações e bandos armados que operam no país, em função dos interesses alheios à maioria das pessoas coletivas.

Há que atender que essa mudança estratégica por parte de traficantes prende-se em muito com a fragilidade de alguns Estados africanos, nomeadamente a Guiné-Bissau, onde as autoridades não conseguem, por mais que tentem, fazer parar este pernicioso fenómeno devido aos problemas graves que o permeia. O que mais contribui na inoperância do combate e controlo efetivo das drogas na Guiné-Bissau deve-se ao facto dos narcotraficantes terem uma ligação muito forte, ao nível interno, com certas figuras influentes da própria sociedade guineense.

O tráfico de estupefacientes provenientes da América Latina, com destino à Europa, com passagem pela África Ocidental tem sido bem-sucedido, devido não só à fragilidade de muitos Estados, como também à corrupção generalizada, à incapacidade no controlo das fronteiras e, por último, aos poucos meios materiais e humanos para combate ao crime organizado. Como afirma o Diretor Executivo do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade (UNODC), António Maria da Costa, “pessoas que consomem cocaína na Europa estão destruindo florestas nativas dos países andinos e corrompendo governos na África Ocidental” (UNODC, 2012).

O Relatório Mundial sobre Drogas de 2010 debruça-se sobre o impacto desestabilizador que o tráfico de drogas pode causar nos países de trânsito. O mesmo documento afirma que o subdesenvolvimento e a fragilidade dos Governos podem atrair o crime, a violência e até mesmo comprometer a segurança e a soberania do Estado. Especificamente no que se refere à África Ocidental, o relatório observa que “traficantes conseguiram cooptar figuras importantes de algumas sociedades de regime autoritário” (UNODC, 2012). Disso é um bom exemplo o caso da RGB.

Nos últimos cinco anos, a RGB tem servido para os traficantes de drogas de placa giratória de estupefacientes com o destino à Europa. Em setembro de 2006, a polícia guineense fez uma apreensão de 670 kg de cocaína, que foram encontrados na posse de dois colombianos. Em abril de 2007, foram apreendidos 635 kg de cocaína (Silva, 2012b), num veículo conduzido por um civil, acompanhado de alguns militares. Em 12 de julho de 2008, um avião proveniente da Venezuela aterrou em Bissau, no Aeroporto

Internacional Osvaldo Vieira, transportando drogas. Foi abordado pelos militares, que impediram assim a intervenção da Polícia Judiciária (PJ) e a carga que se encontrava no referido avião foi levada para um destino incerto.

Devido ao facto de existir tráfico no seio das FA, o Departamento de Tesouro Americano congelou os bens do contra-almirante José Américo Bubo na Tchuto e chefe de Estado-Maior da Força Aérea, Ibraima Papa Camará, por serem acusados de estar envolvidos no caso de um avião que transportou várias centenas de quilos de cocaína da Venezuela para a RGB, a 12 de julho de 2008 (Infopress, 2010a).

Em 2012, aterrou em Jugudul um avião supostamente carregando drogas. As responsabilidades foram atribuídas a altas patentes militares, o CEMGFA, António Indjai, e o CEMA, Bubo Na Tchuto, acusavam-se reciprocamente de ser os mandantes da operação. Mediante estas trocas de acusações mútuas, Bubo acabou preso a mando de Indjai.

A falta de infraestruturas tem impedido o controlo efetivo do território, razão pela qual o tráfico de drogas põe em causa a consolidação da paz. Os EUA e organizações internacionais e sub-regionais afirmam que “este problema representa uma ameaça à segurança internacional, porque o dinheiro de droga facilita a proliferação de armas ligeiras e o financiamento ao terrorismo internacional” (Infopress, 2010a).

Para fazer face ao fenómeno do tráfico de droga na RGB, realizou-se, a 19 de dezembro de 2007, em Lisboa, uma conferência internacional subordinada ao tema do narcotráfico na RGB. Nesta conferência, o UNODC traçou um plano operacional de combate ao narcotráfico na RGB, envolvendo a UE e Portugal, tendo sido disponibilizado para o combate ao tráfico ilícito de estupefacientes na RGB 3 milhões de dólares durante três anos.

De acordo com Mazzelli, representante Oeste-africano do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade (UNODC), “o tráfico é apenas uma parte de ameaça. Certamente, a ameaça maior que o tráfico de drogas ou quais outros crimes transnacionais organizados no cenário Oeste-africano é a possibilidade de sequestro da influência do processo democrático” (UNODC, 2012).

Com o cerco a apertar-se cada vez mais, a fim de fazerem chegar as drogas em vários pontos da Europa, os traficantes mudaram de estratégia e passaram a engolir

cápsulas de drogas. Foram presos em Marrocos “mulas”, ou seja, correios com cerca de 0,8kg escondidos no estômago ou bagagem. Em 27 de outubro de 2011, foi presa em Bissau uma cidadã cabo-verdiana, por estar a transportar na sua bagagem 3kg de cocaína. Era proveniente do Brasil e tinha passado por Lisboa. A detida foi condenada a quatro anos de prisão. Desde a descoberta em 2005 de uma rede de tráfico de cocaína na RGB, essa foi a primeira condenação, pronunciada pela Justiça guineense.

O recente acontecimento de sublevação militar do dia 12 de abril de 2012 não deixou de merecer uma peculiar atenção e preocupação por parte do representante do Secretário-geral da ONU, na Costa Ocidental de África, Said Djinit, e também através do Diretor da Agência da ONU contra narcotráfico e criminalidade, Yuri Fedotov.

No dia 11 de julho de 2012, durante a reunião que teve lugar, no Conselho de Segurança das ONU, Said Djinit alertou os 15 membros do CSNU para o aumento do narcotráfico e do crime organizado na Guiné-Bissau.

Segundo Said, se a questão não for abordada de forma rápida e eficaz, poderá minar seriamente a governação e segurança na região. Ainda disse que “as atividades crescentes e a influência de redes de tráfico de droga na Guiné-Bissau têm aumentado devido ao recente golpe de Estado (Pinto, 2012).

Daí que há toda a necessidade dos atores regionais, UE, EUA e autoridades de segurança africanas de congregarem os esforços no sentido de reforçar as estratégias no combate ao problema de tráfico ilícito de estupefacientes. Porque, segundo Said “continuará a ser necessária uma maior coordenação de estratégias, bem como recursos técnicos e financeiros para apoiar os países e organizações da África Ocidental na erradicação das atividades dos cartéis de droga e outras redes criminosas” (Pinto, 2012).

No mesmo diapasão seguiu Fedotov, tendo dito que em 2011 cerca de 30 toneladas de cocaína foram traficadas na África Ocidental. No entanto, durante esse período, apenas 2,7 quilos foram apreendidos na Guiné-Bissau, salientando ainda que o tráfico de cocaína na região gera anualmente lucros de 900 milhões de dólares para as redes criminosas” (Pinto, 2012).

Pode-se constatar que na Guiné-Bissau não se produzem drogas. Sendo a RGB um dos países mais conturbado nos últimos tempos da África Ocidental, com a fraca capacidade humana e material para controlar as suas fronteiras e combater práticas

ilícitas, os traficantes fazem transportar drogas através do território da RGB com o destino à Europa. Muito se tem falado do tráfico de drogas na Guiné-Bissau, mas a comunidade internacional olvidou de que o país está sendo vítima de aproveitamento do estado em que se encontra para materialização de tal prática. Mesmo os Estados europeus que disponham de capacidades técnicas e humanas têm tido enormes dificuldades em controlar os seus territórios, e as drogas penetram nas suas fronteiras. Por isso, a contribuição da comunidade internacional para combate e controlo efetivo do tráfico de drogas para Guiné-Bissau é crucial. Os países destinatários devem redobrar esforços e trabalhar afincadamente em estreita colaboração com os Estados desprovidos de meios para estancar este pernicioso flagelo, que tem como objetivo destruir a sociedade, sobretudo as famílias e a juventude, através do consumo.

3 AS FORÇAS ARMADAS E A REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA

3.1 CONCEITO DA REFORMA DO SETOR DA SEGURANÇA

A palavra “Reforma” tem vários significados. Quando objetivamente o seu significado não é bem explicitado, pode se tornar num elemento altamente perturbador, e é suscetível de criar empecilhos para a prossecução dos objetivos preconizados. Para que tal não aconteça, é pertinente que o público-alvo seja informado e formado da necessidade do projeto em causa.

Para isso, há que ter em conta os elementos essenciais que podem contribuir para impulsionar o pretendido, tais como: criar um espaço de diálogo permanente e um ambiente saudável para gerar o consenso. Na Guiné-Bissau tem-se tido a perceção errónea em relação à ideia de reforma, porque as pessoas pensam, em princípio, que tal processo visa separá-las do ofício, da profissão por essas pessoas já não corresponderem às expectativas ou por estarem a mais numa determinada profissão.

Segundo Fafali Koudawo, “a reforma evoca portanto reposição da ordem inicial. Ela supõe a necessidade de reconstruir algo já estragado” (Koudawo, 2010, 2).

No Dicionário Verbo, entre vários significados, consta que a palavra reforma significa:

Situação de um empregado ou funcionário que abandona em definitivo o serviço por doença, por invalidez ou por limite de idade. Ainda, a palavra reforma significa é a alteração na organização de um setor, de uma instituição ou de um serviço, mudança com intuítos normativos e de melhoria (Vaza e Amor, 2008, 1018).

O conceito da RSS, durante o período do confronto ideológico entre as duas grandes potências, EUA e a URSS, não merecia grande destaque porque se procurava proteger militarmente os países aliados, ignorando a sua situação de segurança endógena, levando-os a apoiarem os regimes conturbados e repressivos.

Com o passar do tempo, alguns Estados não têm cumprido com as suas obrigações de garantir segurança ao seu povo, e daí começar-se a falar da questão de segurança que é por inerência condição *sine qua nom* para o desenvolvimento de um país.

Apesar de ter sido a instituição pioneira em manter e repor a paz nos países sacudidos por conflitos endógenos, e não só também entre os Estados, o conceito que a ONU

aplicava nestas missões, não coincidiam com a visão e entendimento dos diferentes atores têm sobre o conceito da RSS, por não ser abrangente em alguns elementos considerados da extrema importância para a estabilidade político social dos países em causa. Foram criadas pela ONU as distintas missões para tal efeito, mas não tiveram efeitos desejosos. A ONU tem embrenhado não só em manter paz, mas também, tem redobrado esforços para a reconstrução dos países pós-conflito, como se tem observado no Líbano, com a missão UNIFIL (Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano).

O conceito da RSS começou a ganhar dinâmica na UE a partir dos anos 90, devido as grandes preocupações e também ao facto de que muitos países em desenvolvimento se viam perante falhas e incapacidades de alcançar o desenvolvimento necessário.

Desde então, têm surgido, varias definições e interpretações, tanto a nível da comunidade internacional, bem como alguns países da UE em torno do referido conceito, e ainda não se conseguiu encontrar um consenso adequado para tal. De igual modo, tem gerado a polémica, atendendo ao ponto de vista de cada interveniente.

Pela primeira vez em 1990 este conceito foi utilizado pelo DFID (*Department for International Development*) do Reino Unido. Assim sendo, o Governo Britânico define este conceito como:

Um quadro amplo que cobre uma variedade de matérias, atores e atividades. Simplificando RSS aborda todas as políticas, legislação e temas estruturais e de supervisão, ligados a questões de segurança e todas integradas em normas e princípios democráticos (University of Birmingham, 2007).

OCDE-CAD (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico – Comité da Assistência ao Desenvolvimento) define a RSS:

Como uma procura para obter mais países parceiros, bem como uma necessidade de segurança na sociedade de um modo consistente com regras e princípios democráticos transparentes, muito para além de uma segurança tradicional, inteligência e política de policiamento (University of Birmingham, 2007).

Para o Conselho de Segurança da ONU (CSNU), a RSS:

Consolidação da paz e estabilidade, reduzindo a pobreza, criando novas leis, e impedindo que os países entrem em conflito. Conforme o CSNU salienta, esta reforma deve ser conduzida na base do consenso e as suas necessidades vão variando de situação para situação (...) (University of Birmingham, 2007).

A UE após ter adotado a sua Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) tem tentado pôr em ação o conceito da RSS, nos Estados onde atua para os ajudarem a alavancar e fortificar as instituições governamentais que visa garantir a estabilidade política e desenvolvimento socioeconómico.

Após a República Democrática do Congo (RDC) ter libertado da guerra violenta e sangrenta que devastou todo o país, deixando assim às instituições estatais exangue, em 2005, no âmbito do PESD após a UE adotar a sua Estratégia para África, a RDC foi o primeiro país a receber a missão RSS da UE. Atualmente a missão da UE/RSS na RDC é constituída por duas missões que estão a trabalhar em conjunto com autoridades congolezas, nas duas áreas nomeadamente a polícia e a sua *interface* com o Setor da Justiça e as FA. E não só a UE, mas também a ONU tem vindo a apoiar na reconstrução deste país através da MONUC (Missão de estabilização das Nações Unidas, na República Democrática do Congo).

Esta missão deparou com imensas dificuldades, o que veio a contribuir significativamente para a estagnação do processo de reforma das FA, devido ao conflito armado nos Kivus (províncias do Leste). Também o entrave surgiu, por algumas chefias pretenderem deter o monopólio do poder, e, sobretudo, o controlo efetivo de pagamentos dos salários. Ademais, foram feitas exigências por parte das autoridades congolezas para que a UE levantasse o embargo de armas que pendia sobre o país, que vai ter uma implicação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Infelizmente, a RSS na RGB continua a ser um dos maiores problemas com que as autoridades guineenses se enfrentam ao longo dos anos, devido à resistência dos militares em não aceitarem a RSS, como sendo um projeto viável capaz de promover a paz duradora e o desenvolvimento socioeconómico do país.

Neste âmbito, é extremamente importante que os parceiros bilaterais, multilaterais e a comunidade internacional se mobilizem os esforços no sentido da RSS na RGB, passar a ser uma realidade e não uma utopia, como tem sido o caso.

3.2 HISTORIAL DAS FORÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E SUA EVOLUÇÃO

A constante resistência das Forças Armadas da Guiné-Bissau ao controlo democrático legítimo do Estado está ligada a fatores herdados da luta de libertação nacional e das orientações seguidas nos primeiros anos da independência.

O povo da RGB sempre resistiu à colonização e tendo acontecido ações violentas de resistência para a conquista da independência. Daí que, segundo parece, isso criou nos guineenses um espírito de revolta e uma agressividade *matchundadi*⁵, procurando soluções violentas e inconsequentes para resolução de qualquer tipo de conflito, fosse ele de natureza política ou social. Como afirma Álvaro Nóbrega, “ (...) para assegurar pacificamente a resolução de conflitos, o recurso às armas e a violência política começaram, (...) a caracterizar o poder em Bissau (Nóbrega, 2003).

A partir da década 50 do século passado, deu-se início ao processo de construção de uma força nacional e política a fim de combater a presença colonial. A força política foi obrigada a criar uma componente armada, porque era impossível conquistar a independência por vias pacíficas, e porque, na altura, as lutas populares adotaram a forma de guerrilha. Como sabemos, uma força armada republicana não tem a mesma estrutura, funções e cultura militar que uma força de guerrilha.

Acontece que a organização da luta armada contou com a presença de uma estrutura unitária nacional, onde se conseguiu congregiar massivamente todas as componentes da sociedade guineense, desde a componente urbana até no meio rural para travar uma luta de guerrilha, contando com o apoio de camponeses armados e pequenas lideranças para perpetuarem ataques e sabotagens em diferentes pontos estratégicos ocupados pelos portugueses. Decorrente desta situação, foi criado assim o Movimento de Libertação Nacional (MLN).

A guerrilha rapidamente avançou, libertando vastas áreas e as populações que aí viviam, passaram diretamente para o seu controlo. Porém, alguns comandantes das guerrilhas serviram-se da sua autoridade para cometer crimes bárbaros que quase, iam comprometer os desígnios da Luta Armada de Libertação Nacional (LALN).

⁵Matchundadi - provém da língua crioula da Guiné-Bissau, que significa em Língua Portuguesa – valente, bravo, corajoso, destemido.

Amílcar Cabral⁶ acaba mais tarde por se aperceber das consequências funestas de ter colocado nas mãos das pessoas sem grande preparação ideológica e de um nível cultural tão baixo um poder que a detenção das armas conferia. Muitos grupos guerrilheiros se transformaram em verdadeiros bandos armados em determinadas áreas e cometiam as piores atrocidades, que nada tinham a ver com os desígnios da luta de libertação armada, muitas vezes ultrapassando as ações mais violentas dos próprios agentes colonialistas. Daí ter surgido a necessidade da convocação de uma reunião magna dos quadros do Partido com o objetivo de estancar esses males e de estabelecer novas linhas de condutas. Essa reunião foi materializada no congresso de Cassacá.

Este primeiro Congresso do PAIGC, que decorreu de 13 a 17 de fevereiro de 1964, em Cassacá, tinha como o propósito de repor a ordem, uma vez que alguns militantes se desviavam dos princípios que norteavam a luta e, sobretudo, imprimir uma nova dinâmica no processo da LLN. O PAIGC tinha já na altura conquistado uma vasta área que denominou de zonas libertadas. Nessas zonas impunha-se a criação de estruturas socioeconómicas e políticas.

Portanto os dois objetivos da realização da conferência, que se transformou em congresso devido as importantes decisões aí tomadas, eram esses: pôr cobro à crise de liderança consubstanciada nos desmandos de alguns responsáveis do Partido e criar as estruturas socioeconómicas, políticas e militares capazes de gerir as áreas libertadas (incluindo a criação dos armazéns do povo, os centros de saúde, as escolas piloto, a organização dos comités do Partido de base, secção, setor e região, a criação do *bureau* político, do comité executivo e do comité central, o conselho de guerra onde pontificavam os máximos dirigentes políticos a par das chefias militares (que correspondiam os comandos das frentes Norte, Sul e Leste), a organização de um exército regular, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo, as milícias populares, a guerrilha, a figura de controlador político das atuações dos militares, os comissários políticos, foram algumas das medidas.

Antes da proclamação do Estado, foi assassinado o principal arquiteto e dirigente da LALN, Amílcar Cabral, que era o principal produtor de ideias e que tinha o projeto de estruturar e montar todas as componentes necessário para o seu funcionamento efetivo, tais como a Assembleia Nacional Popular (ANP), a formação do governo, a

⁶Membro fundador do PAIGC

adoção de uma Constituição para o novo Estado a ser criado. Portanto, o sistema de organização política e económico criado na Luta persistiu até 1986, quando finalmente foi introduzida a liberalização económica e consignada maior liberdade aos guineenses. Amílcar Cabral, durante uma entrevista concedido a um jornalista francês, afirmou que “ (...) nós consideramos que a nossa independência irá permitir-nos desenvolver a nossa própria cultura, desenvolvermo-nos a nós próprios e desenvolver o nosso país, libertando o povo de uma miséria, do sofrimento, da ignorância (...) ” (Miranda, 2012).

Quando desapareceu fisicamente Amílcar Cabral a componente da luta interna ganhou uma dimensão terrível e incontornável que despoletou o golpe de 14 de novembro de 1980, comandado pelo então primeiro-ministro, Nino Vieira, denominado de “movimento reajustador” devido à fragmentação existente entre guineenses e cabo-verdianos, em que a elite dos segundos estaria a dominar o partido, o que ditou, à partida, a existência de conflitos que marcaram em grande parte o percurso do PAIGC.

Como afirma Álvaro Nóbrega - na Guiné-Bissau, ao constituir-se um sistema monista, toda a luta política passou a acontecer obrigatoriamente no interior do Partido Único. O PAIGC mostrava evidentes fragilidades no que respeita à “organização e homogeneidade” da maioria do dirigente, pois não era um partido homogéneo e congregava fações profundamente distintas, antagónicas – até mesmo incompatíveis -, que se digladiaram, por vezes, violentamente pela manutenção ou acesso à Sede do Poder (Nóbrega, 2003).

No período após a independência começou o processo da reestruturação das FA, transformando-as de guerrilha para umas Forças Armadas Republicanas, sobretudo com recursos humanos capazes para consolidar o processo em curso. Nessa ótica foram levadas a cabo campanhas de alfabetização nos quartéis, e por último, foram atribuídos bolsas de estudos a alguns jovens oficiais para irem frequentar a Academia Militar em Lisboa, e também nos outros países com quem a Guiné-Bissau tem Cooperação Técnico-Militar. Tudo isto insere-se no quadro da criação de umas FA modernas, para o que é necessário muita vontade política, competência e estabilidade na direção do Estado.

No ínterim, pode-se dizer que o golpe de Estado perpetuado em 14 de novembro de 1980 desestruturou o Estado. Isto fez com que o Estado não adquirisse a capacidade de organizar as FA e, por conseguinte, as FA continuam cada vez mais a consolidar a

ideia da importância vital do papel que vinham desempenhando como o braço armado do partido único, tendo na sua consciência de que foram elas que lutaram para a independência, pelo que têm a responsabilidade histórica de decidir o rumo que o país deve seguir. Mais agravante foi a decapitação da direção histórica da luta armada. Esses elementos são considerados importantes por muitos. De acordo com a opinião de Dr. Ernesto Dabó⁷, “com a participação dessas figuras era possível a transição de forças armadas de guerrilha para uma FA modernas, porque detinham prestígio militar e eram reconhecidas a sua capacidade de chefia conquistada na frente de combate”.

A gestão dos recursos humanos muito poucos era um outro problema com que o PAIGC se debatia e consoante a guerra avançava mais difícil se tornava. De tal modo que gerir a luta com muito poucos quadros qualificados era uma tarefa ingente. Foram esses quadros que, depois da independência, sem grandes preparações ou experiência de gestão, com nível académico baixo, tiveram de assumir os destinos da Guiné.

Apesar do vasto trabalho político realizado posteriormente, através dos Seminários dos Quadros, e outras ações congêneres, a Guiné nunca mais se libertou do estigma de violência gratuita, sobretudo quando voltou a evidenciar-se o vazio ideológico nos anos subsequentes à liberalização política.

Enfim, infelizmente, hoje em dia, as Forças Armadas estão como estão, não por falta da vontade das autoridades competentes em melhorar aquele setor, mas sim, este, vem carecendo de uma figura de reconhecida competência e mérito. E não só, tal é devido, também, ao tráfico de estupefacientes, máfias, assassinatos etc. Por isso quem almejar ser CEMGFA atualmente, basta-lhe ter o apoio étnico e ser coadjuvado pelos políticos sem constrangimentos éticos e morais.

3.3 OS ANTECEDENTES DO PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO, REINSERÇÃO E REINTEGRAÇÃO DOS EX-COMBATENTES (PDRRI)

A partir dos anos 1980, 1990 e 2000 as autoridades guineenses tentaram levar a cabo a reforma nas forças armadas guineenses. Tais processos começaram inicialmente com a desmobilização dos antigos combatentes sendo-lhes atribuído bens pecuniários

⁷ Conversa amável e pertinente tida entre o autor destas linhas e o Dr. Ernesto Dabó, em sua residência, em Lisboa. Licenciado em Direito e Mestre em Direito Internacional, tem participação literária (prosa e poesia) dispersa por livros, revistas e jornais, nacionais e estrangeiras, e é colaborador de jornais da Guiné-Bissau, nomeadamente, O Gazeta de Notícias, onde assina uma coluna de opinião.

para poderem refazer a sua vida civil e em certos casos criando cooperativas que eles próprios geriam.

A insuficiente formação aliada à fraca capacidade técnica e de gestão fizeram com que os recursos postos à disposição dos elementos desmobilizados desaparecessem sem justificação aparente. Os meios financeiros disponibilizados foram gastos a desbarato (cerimónias fúnebres de parentes e aquisição de mais mulheres aumentando assim o seu agregado familiar, sem no entanto criar condições para o seu sustento, a não ser a sua pensão de combatente desmobilizado que as crises económicas e financeiras vai desvalorizando), colocando os seus beneficiários numa situação de fragilidade social e vulnerável a todas as manipulações.

O despoletar do conflito político-militar de 7 de junho fez com que muitos dos antigos combatentes vissem de novo uma oportunidade de voltar a pegar em armas, sem contar com aqueles que não eram militares, mas que acabaram por aderir ao conflito.

Assim, nos finais de 1999, após o conflito político-militar, sob a égide do Governo da Unidade Nacional (GUN), foi elaborado o Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos ex-Combatentes (PDRRI) que se traduzia no Programa de Reconciliação Nacional e de Reconstrução (PRNR), que tinha como propósito financiar o recenseamento dos antigos combatentes.

O PRNR baseava-se em três eixos. No primeiro, o PDRRI tinha como objetivo fazer regressar a vida civil os efetivos do Exército, das Forças de Segurança, das Milícias que tomaram parte no conflito político-militar de 7 de junho de 1998, e de todos os ex-Combatentes. O segundo eixo materializava-se no Programa de Regularização dos Atrasados Internos (PRAI), visava liquidar a dívida interna, e ao mesmo tempo estimular o crescimento económico. O terceiro eixo era constituído pelo Programa de Reformas Fiscais e Financeiras (PRFF) e tinha como princípio reduzir as despesas públicas e privatizar as empresas estatais.

Os fundos alocados pelos doadores (Banco Mundial, UE, Portugal, Holanda, Suécia, China e França) no quadro da PDRRI para criação de uma vida condigna e reinserção dos ex-combatentes na vida civil foram utilizados indevidamente, ficando o Governo da RGB com uma dívida de cerca de 800 milhões de francos CFA (um milhão e trezentos mil euros) e cerca de 1500 casas por construir para os ex-combatentes sem condições de uma habitação condigna e de baixa renda (UOL, 2005).

No entanto, o compromisso assumido pelas autoridades guineenses perante os doadores internacionais de liquidar a dívida do montante em causa e proceder à construção das casas não se realizou devido a vários constrangimentos, designadamente: (1) à falta de objetividade nas medidas preconizadas; (2) a ausência do diálogo, originando o ceticismo do grupo-alvo; (3) a fraca adesão; (4) aumento ciclópico dos números do CLP ao longo dos anos; (5) ausência do conhecimento da realidade; (6) escassez de bens materiais e dos recursos humanos qualificados; (7) os visados não tiveram acesso à informação previamente de como seria o projeto e para que fim era destinado.

Como afirmou Malam Djassi, Coordenador do Secretariado Permanente do Comité de Pilotagem da RSS, durante um Ateliê organizado pelo UNIOGBIS, “nunca houve uma verdadeira reforma na RGB mas “simples desmobilizações, na medida em que estas ações não foram acompanhadas de programas de desenvolvimento” (Agência Noticiosa da Guiné-Bissau, 2011a). Os diversos programas que foram concebidos, no quadro da PDRRI, descuravam da luta contra pobreza, considerado elemento extremamente importante para o seu sucesso, sendo que a maioria dos ex-combatentes vive no limiar da pobreza.

Sendo uma das exigências da comunidade internacional ao Governo da Guiné-Bissau, em 2008, financiado pelo PNUD, foi levado a cabo o recenseamento biométrico dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) (Guiné-Bissau, 2006). O total de efetivos militares na RGB é de 4560, sendo que foram recenseados 4458, dos quais 63 são militares atualmente a prestarem serviços nas outras instituições.

No quadro da reestruturação e modernização das Forças Armadas, o Governo da Guiné-Bissau determinou que 4 mil homens serão afetados para os três ramos, Exército, Marinha e Força Aérea: a) As forças terrestres serão contempladas de 2600 homens, que corresponde a 65%; b) Para força naval será afetado de 1000 homens, correspondente a 25%; c) E, finalmente, a força aérea será composta de 400 homens que correspondem a 10% do efetivo geral.

Do total das FA, 30%, isto é, 1200 homens, formarão o quadro permanente (Profissionalizante) e os restantes 70% serão quadros complementares na base da aplicação da Lei do Serviço Militar Obrigatório (SMO) por período rotativo de 2 anos para os jovens com idade compreendida entre os 18 e 35 anos de idade.

Em virtude das sucessivas reformas que já foram tentadas no Setor da Defesa e Segurança, mas sem sucesso devido à turbulência que sempre caracterizou este setor, a atual situação em que se encontra as Forças Armadas guineenses, é alarmante e deplorável, e tende a ficar cada vez mais melindrosa face aos inúmeros problemas que parecem logo, à primeira vista, insanáveis. Isso será devido às seguintes razões, ou características:

- A constante sublevação militar, devido ao não cumprimento do primado da lei, fator aliado ao tráfico internacional de drogas e à corrupção ativa;
- Aumento dos números de efetivos, que não corresponde à realidade ou à necessidade do país. Ademais, existe uma enorme disparidade entre os oficiais, sargentos e praças, sendo que os oficiais representam maior número em relação às outras classes;
- Falta de aplicação da Lei do Serviço Militar Obrigatório, sendo a conscrição feita com base étnica, o que tem potencializado a desvirtuação do papel das FA, como se demonstrará de seguida:

Devido à pouca importância atribuída ao Setor da Defesa e Segurança na Guiné-Bissau, este setor começou por se deteriorar progressivamente, acabando por se tornar numa ameaça à paz e ao sossego dos guineenses. Deve-se isto ao facto de, na altura, haver pouco interesse das autoridades, nomeadamente em profissionalizar este setor, o que veio a provocar um conflito de gerações.

Pelo facto de o serviço militar obrigatório ter cessado, e de não haver novos alistamentos para poderem substituir a velha geração de guerrilheiros, em vez de este ser um desígnio nacional, passou a ser considerado pelos jovens como forma de ostentar a farda e de colocar patente, sobretudo, demonstrar estatuto social, bem como superioridade de género, desacreditando, assim, a importância que as FA representam para a sociedade. Esses jovens são apelidados de *mininus bunitus*⁸.

Ademais, perdeu-se literalmente interesse de se ingressar nas fileiras de FA, pois a grande maioria das pessoas que desempenhavam altas funções no aparelho de Estado ou que tinha alguma influência, quando os seus filhos ou entes mais próximos eram chamados para cumprirem serviço militar obrigatório, mandavam excluir os seus

⁸ Significa, em Português, as pessoas que gozam de um certo prestígio dentro de uma organização ou sociedade.

nomes da lista, eximindo-os de cumprir os seus deveres para com a pátria. Esta situação piorou com a emigração da maioria dos jovens que tinham, na altura, aptidão para engrossar as fileiras das FA. Porém, a admissão dos jovens nas Forças Armadas é considerado um fato imprescindível. Contudo, o critério de recrutamento ignorou a seleção dos que possuíam a 9.^a ou 11.^a classe feita, e o recrutamento passou a ser feito nas tabancas⁹ através de familiares, tios e amigos que ocupavam e ocupam cargos de relevo nas FA. Essas pessoas, para fugirem das tabancas, devido às precárias condições de subsistência, preferem vestir a farda, mesmo não tendo salários, e com péssimas condições de alojamento, servindo de “meninos de recados ou afazeres do chefe”.

Assim sendo, as FA passaram a contar com o ingresso exclusivo e maioritária de uma única etnia – a balanta. Estes jovens sem qualquer preparação académica, técnico-profissional ou de arte militar vão juntar-se aos ex-combatentes sem formação. Devido a este facto, hoje, a etnia balanta, é mais predominante nas FA, razão das perturbações constantes na vida política, económica e social Guineense.

- Baixo nível de literacia, dando lugar ao conflito geracional, sendo que os mais velhos tentam ainda resistir a qualquer tipo de mudança ou inovação, criando assim animosidade entre a velha e nova geração.

Em suma, pode-se dizer que as medidas tomadas nos anteriores reformas e os meios disponibilizados para tal efeito não obtiveram os impactos almejados, causando celeumas que mais tarde vieram a criar resistência a qualquer tentativa da RSS. Se lhes forem criadas as condições para os seus sustentos, cremos que os visados estariam dispostos a abandonarem o Exército, e neste sentido, ficariam imunes a qualquer intento que poderia pôr em causa o Estado de Direito e Democrático que se pretende consolidar.

3.4 A MISSÃO DA UE/RSS NA GUINÉ-BISSAU E OS ESTRANGULAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO SETOR DA SEGURANÇA

Nos últimos anos, a comunidade internacional tem dado prioridade na sua agenda à Reforma do Setor da Defesa e Segurança nos países pós-conflito, a fim de os ajudar a

⁹ Agregados populacionais que se poderão corresponder a aldeias.

alcançarem a paz social e o progresso económico. Mas este processo tem revelado ser muito difícil de se implementar.

Após o conflito político-militar na Guiné-Bissau, era de suma importância promover uma derradeira reconciliação nacional entre as fações desavindas. Mas devido às clivagens e segmentações étnicas, culturais e religiosas existentes no seio das FARP, tal não aconteceu. Assim sendo, o conflito deu azo a um país refém, com as FARP ultrapassando de forma ativa as suas competências, abrindo o caminho para políticos ávidos de poder, como forma de melhor dividirem o poder e ascenderem a esse poder sem ser legitimados nas urnas. Como efeito imediato, iniciou-se uma série de atentados ao Estado de Direito e Democrático.

O abandono dos tradicionais doadores no período pós-conflito de 1999 lançou o país num total descalabro, contribuindo assim para o aumento da pobreza extrema, a instabilidade político-social e económica, e como consequência imediata, as recorrentes sublevações militares, a criminalidade elevada, a corrupção generalizada e uma total anarquia no aparelho de Estado, bem como a degradação das infraestruturas económicas e a cisão profunda na sociedade guineense.

Sendo qualquer missão num terreno alheio passível de ser confrontada com uma situação menos agradável. Nesse caso, a missão UE/RSS não foi a exceção. Durante o tempo que a missão esteve no terreno deparou com enormes dificuldades em ajudar as autoridades guineenses a criar as condições de execução da estratégia nacional de RSS, razão pela qual foi obrigada a interromper o processo em curso, face aos últimos acontecimentos decorridos no dia 1 de abril, que culminou com as detenções do Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior e do CEMFGA, José Zamora Induta.

Em setembro de 2006, durante a Mesa Redonda realizada em Genebra, o Governo da RGB apresentou à comunidade internacional um documento para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança, em que foram delineadas as seguintes estratégias: a) Redimensionar a FDN (Força da Defesa Nacional) em função das necessidades e reais capacidades económicas do país; b) Modernizar o SDS (Setor da Defesa e Segurança) em função da sua missão republicana; c) Clarificar a situação dos Combatentes da Liberdade da Pátria (CLP) e restabelecer a sua dignidade; d) Reforçar a participação do SDS na consolidação da segurança sub-regional; e) implementar uma estratégia nacional e internacional de mobilização de recursos para o investimento na reforma do setor da defesa e segurança; f) Associar a

sociedade civil e a população em geral à implementação da reforma do SDS (Guiné-Bissau, 2006). Estas estratégias, se forem bem-sucedidas vão permitir com que as Forças Armadas tenham melhores condições financeiras e venham a dispor de equipamentos das novas tecnologias.

Dois anos depois, em 2008, o Secretário-Geral da ONU, Koffi Annan, apresentou o relatório sobre a situação vigente na RGB, onde louvou os esforços feitos pelas autoridades guineenses para a implementação da RSS, não deixando, porém, de manifestar a sua preocupação face à incapacidade do Estado em combater o tráfico de droga. Para além disso, instou os parceiros bilaterais e internacionais a disponibilizarem os meios técnicos e financeiros, ou seja, ajudar a RGB a fazer face aos sérios desafios endógenos que têm criado óbice para a sua estabilidade política, social e económica.

No mesmo ano da apresentação do documento “Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança”, durante a Presidência de Portugal na UE em 2007, foram encetadas conversações. Portugal levou a cabo várias diligências junto dos seus parceiros europeus com vista a lançar uma missão da Reforma do Setor da Segurança (RSS) na Guiné-Bissau. Neste sentido, foi criado um grupo de contacto internacional para a Guiné-Bissau, orientado por Portugal e a CEDEAO.

Assim, na cimeira UE-África sobre a “Parceria Estratégica UE-África”, decorrida em Lisboa, foi definida como prioridade a promoção da paz, da segurança e da estabilidade, como sendo áreas estratégicas da cooperação. Em dezembro de 2007, o Conselho da UE, decidiu, em fevereiro de 2008, apoiar a RSS na RGB no quadro da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), tendo como bitola o documento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (OCDE, 2005).

A missão da UE/RSS foi a primeira missão do PESD a ser planeada no âmbito das operações da gestão civil de crises, abrangendo os setores da defesa e segurança, e da justiça. Essa missão tinha como mandato o aconselhamento das autoridades locais, a assistência técnica com vista à criação das condições para a implementação da estratégia nacional de RSS, a elaboração de um plano para a redução dos efetivos das Forças da Defesa e de Segurança, e o elencar das necessidades como sejam a formação, os equipamentos, e a mobilização de doadores. O montante orçado para a materialização do projeto em causa era de aproximadamente 5,6 milhões de dólares.

Num país como a Guiné-Bissau, onde a instabilidade política é constante no setor militar, os sucessivos governos, mesmo com ajuda internacional, têm-se deparado com problemas da operacionalização dos planos da Reforma do Setor da Defesa e Segurança. A RSS efetua-se nos países pós-conflito onde o Estado frágil não consegue impor a sua autoridade, mostrando uma capacidade técnica limitada, bem como a total insubmissão dos militares às autoridades políticas.

Antes de 1 de abril de 2010, a RGB vivia uma estabilidade política fictícia. Assim, da primeira vez em que a missão da UE/RSS esteve no terreno não se apercebeu da real situação do país, elegendo como principal interlocutor os órgãos de soberania, sobretudo o ator chave – a classe castrense –, ignorando outros atores ativos, como os políticos e a sociedade civil, enquanto motor vivo da Democracia, dois polos com interesses antagónicos. Segundo entrevista concedida a Luís Eduardo Saraiva pelo Major-General Juan Esteban Vêrastegui, chefe da missão UE,

[...] o processo da RSS na Guiné-Bissau foi concebido no patamar político, sem que a sociedade guineense estivesse por detrás, integrando-o. Portanto, um dos esforços em que a missão UE/RSS tem que se empenhar é o de garantir que a sociedade guineense fique consciente do projeto e que não haja problemas de comunicação (Saraiva, 2010).

Devido aos acontecimentos de 1 de abril, a UE pressionou as autoridades guineenses para que levassem à justiça os responsáveis desse alvoroço. Porém, as exigências da UE não puderam ser consideradas, pelo simples facto de que quem na realidade detinha, e ainda detém, o poder são os militares. Era praticamente impossível cumprir com as exigências sob pena de os militares inverterem a ordem constitucional, uma vez ameaçados. Não havendo outra hipótese, António Indjai, principal responsável pelos acontecimentos do 1 de abril, foi designado CEMGFA, enquanto Bubo Na Tchuto foi reconduzido ao cargo do CEMA, ambos suspeitos de tráfico internacional de drogas. Esta nomeação teve uma forte contestação da UE, bem como dos EUA. Segundo o Secretário-geral Adjunto das Nações Unidas da Comissão Económica para África, Carlos Lopes, “num Estado moderno e contemporâneo não é permitido que militares sejam quem dita as regras públicas. Os militares têm um papel muito importante a desempenhar, no entanto, extravasam o que devem fazer na Guiné-Bissau” (Silva, 2012a).

Perante o caos instalados pelos militares, de não se submeterem ao poder político, a 30 de setembro de 2010 a missão UE/RSS decidiu pôr término ao processo de RSS em curso, alegando a instabilidade política e a falta de respeito pelo primado da lei no país, que impossibilitariam a missão de prosseguir o seu trabalho, como estava inicialmente previsto, sem comprometer os seus próprios princípios (União Europeia, 2010). Nesta ordem de ideias, é de salientar a afirmação de Ana Larcher Carvalho de que “tais dificuldades já deveriam ser pressupostos da própria missão pois é por causa da instabilidade bem como de ineficiências e disfunções do setor da segurança que existe a necessidade da reforma” (Carvalho, 2010, 49-70). Ainda em torno desta questão para Guiné-Bissau, Catherine Ashton, a alta representante da UE para os Negócios Estrangeiros afirmou que a “atual situação pode constituir uma violação dos compromissos assumidos pela RGB no que diz respeito aos direitos humanos, democracia e Estado de Direito. Nesta ótica não devem ser revistos os acordos entre a UE e RGB” (Portalangop, 2007).

A retirada da UE na Guiné-Bissau, sendo estratégica ou não, demonstrou claramente o quão é difícil delinear uma estrutura de liderança militar muito importante para o desenvolvimento do projeto de reforma do setor da defesa e segurança. Efetivamente, a esfera da decisão encontra-se sobre a alçada dos militares. Sendo assim, torna-se difícil equacionar a questão da vontade política, uma vez que os políticos, por seu lado, lutam para ter o controlo do exército, porque quem o controla é que detém o poder, e o exército, por seu lado, insiste em participar na vida política ativa, senão vejamos:

Após a publicação dos resultados das eleições presidenciais de 2012, onde os dois candidatos mais votados, Carlos Gomes Júnior e Kumba Yala, deveriam disputar a 2ª volta, como já antes do início da campanha para 2ª volta das presidências, António Indjai ameaçou cancelar o processo eleitoral em curso, e sobre a sua iniciativa iria formar um governo de unidade nacional. Nesta sequência acabou-se por verificar o golpe de Estado, onde foram detidas os respetivos titulares dos órgãos da soberania. Com o referido acontecimento demonstra-se de uma forma inequívoca a clara interferência dos militares nos assuntos meramente políticos.

É de frisar que, à exceção do falecido General Veríssimo Correia Seabra, após o conflito político-militar, todos os chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas, se autonomaram ou na sequência do assassinato dos seus antecessores ou por via

do golpe de Estado, com ou sem o consentimento do Presidente da República, enquanto Comandante e Chefe das Forças Armadas.

As consequências político-militares da missão UE/RSS tiveram as suas causas na intrusão de programas frutos de outras experiências adaptados a uma outra realidade, à sociedade e à cultura guineenses. Segundo Saraiva no seu artigo sobre “Reforma do Setor de Segurança – Um perfil militar pós-moderno”, “deverá a UE, para fazer com que o seu modelo seja aceite, mostrar mais valor acrescentado e capacidade que os outros atores no terreno (...)” (Saraiva, 2009).

A missão não teve tempo suficiente para proceder a um diagnóstico, ou seja, a uma identificação territorial, fundamental num terreno tão complexo como o da RGB que tem as suas especificidades ligadas à luta armada de libertação nacional, que continua a assombrar, cada vez mais, a sua forma de adaptação a uma nova realidade, bem como o seu modo de proceder perante qualquer processo de mudança, independentemente dos objetivos que a presidem. Alguns chefes militares acreditam que ao serem reformados, vão perder os seus tráficos de influências e que ficarão vulneráveis a eventuais queixas que podem impender no exercício das suas funções.

Para além disso, a falta de criação de um fundo de pensões tem sido um entrave a uma reforma de sucesso, verificável também anteriormente. De acordo com o Ex-CEMGFA falecido General Tagme Na Waié: “muitos dos combatentes que estão nas FA, por mais de 30 anos, já não têm forças para construir a própria casa, serviram a Pátria durante toda a vida, e agora é chegada a altura de irem descansar, é justo que a Pátria lhes dê um teto e dinheiro para aguentar a velhice” (Inforpress, 2010b).

Paralelamente constatava-se o facto de muitos doadores já não mostrarem o mesmo interesse anterior em financiar a reforma, dados os sucessivos fracassos para a sua implementação. Assim, o roteiro adotado pela CEDEAO e a CPLP, que propunha como um dos objetivos facilitar o contacto do Estado da Guiné-Bissau com os doadores e, sobretudo, empenhar-se no relançamento da RSS, e que esteve na base do projeto da UE/RSS, não foi cumprido na íntegra devido à falta de entendimento entre as partes em questão, concretamente a CEDEAO que era suposto disponibilizar um montante de 63 milhões de dólares. Deste montante, 45 milhões seriam para o fundo de pensões, e Angola, no quadro da CPLP, participaria com 30 milhões de dólares, posteriormente disponibilizados.

Os meios prometidos não foram disponibilizados, constituindo-se num dos fatores que influenciaram negativamente a implementação do projeto. O processo tornou-se ainda mais complexo, uma vez que a missão não conseguiu que os militares aderissem, como elementos chave e também a criação de fundos de pensão não lhes parece assegurada. Segundo Malam Djassi, Coordenador do Secretariado Permanente do Comité de Pilotagem da RSS, “a reforma deve ser feita a partir dos quartéis e passar à sociedade, e não o contrário” (Agência Noticiosa da Guiné-Bissau, 2011a). São as chefias militares que devem realmente ser convencidas da necessidade de uma reforma. Pois os soldados limitam-se a cumprir ordens, estão expostos, devido à sua vulnerabilidade e ingenuidade, ficando à mercê dos interesses subjacentes. Para que fosse ao encontro do que se pretendia, seria mais vantajoso ter sido feito por militares e não para os militares. Na verdade, a carência dos meios financeiros, físicos e estruturais, ligados à fragilidade do próprio Estado constituíram a origem do fracasso.

É ainda de salientar que a comunidade internacional tem vindo a repetir também os mesmos erros do passado, ao assumir ela mesma o processo, excluindo os nacionais. Segundo Francis Fukuyama, “A comunidade internacional, incluindo um grande número de ONG que são parte integrante dela, chega aos locais tão dotada de meios e cheia de capacidades que tende a anular, em vez de complementar, as capacidades do Estado extremamente enfraquecidas dos países alvo” (Fukuyama, 2004, 111).

Também uma das falhas deste projeto se deve ao facto dos doadores terem feito alterações fundamentais, visando as suas próprias orientações, considerando que cada doador teve a sua visão sobre o documento estratégico nacional para a “Reestruturação e modernização do Setor da Defesa e Segurança”, apresentado em 2006, pelo governo da Guiné-Bissau. Pesasse embora o facto de o projeto ir contra a sua visão, sendo um país pobre e dependente da ajuda externa, a Guiné-Bissau abraçou o projeto imposto com a esperança de poder angariar o apoio dos seus parceiros para a materialização da reforma.

No entanto, como salientámos anteriormente, há uma evidente falta de conhecimento do país. Pensamos que, se o leque de participação fosse mais alargado de modo a abranger uma maior franja da sociedade incluindo para além dos próprios militares, a sociedade civil, as ONG locais e os quadros técnicos e académicos, o processo da reforma seria mais propenso ao sucesso.

Em suma, a missão UE/RSS não conseguiu dar uma resposta efetiva e satisfatória aos problemas que tinha por resolver na Guiné-Bissau, por ser uma missão de aconselhamento e que praticamente não tinha poder executivo. E mais, devido aos frequentes golpes de Estado naquele país, acaba por dificultar qualquer tipo de reforma que se pretende. Por tudo isso, a referida missão acabou por não conseguir imprimir a dinâmica e reformar o setor mais polémico do Estado guineense, desde a sua criação – as Forças Armadas.

3.5 A CONTRIBUIÇÃO DA MISSÃO UE/RSS NA GUINÉ-BISSAU

A missão UE/RSS na RGB tinha como objetivo ajudar a criar alicerces consistentes que suportassem a prossecução da RSS. Neste sentido, envolvia três componentes: Defesa, Polícia e Justiça.

Durante o período em que a missão esteve na RGB para efetuar a RSS, deparou-se com vários constrangimentos, nomeadamente, os assassinatos do então Presidente da República, Nino Vieira, e do CEMGFA, Tagme Na Waie, de um deputado e antigo Ministro da Defesa Nacional, Hélder Proença, e do ex-candidato Presidencial Major Baciro Dabó. Também, houve, na altura, várias tentativas de golpes de Estado e mudanças no aparelho de Estado, obrigando assim a missão a mudar de interlocutores por três vezes, o que veio dificultar o processo.

As deficientes infraestruturas que o país dispunha, algumas das quais foram herdadas aquando da retirada da potência colonial, encontram-se num estado avançado da degradação e sem as mínimas condições humanas necessárias ao seu funcionamento, entre as quais a falta da água potável, luz, comunicações e fardamento adequado para o normal funcionamento de uma Instituição com a dimensão e importância das Forças Armadas.

As inúmeras dificuldades, que contribuíram significativamente para o fim da missão da UE/RSS na RGB, bloquearam a oportunidade do setor ser reestruturado e modernizado. Contudo a missão conseguiu a nível técnico ajudar as autoridades guineenses na elaboração de um vasto leque de pacote legislativo que permitiu efetuar da melhor maneira possível o Documento de Estratégia Nacional para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança, que foi aprovado pela ANP (Assembleia Nacional Popular) a 23 de janeiro de 2008.

Desta forma, é útil enunciar alguns projetos que, graças ao esforço e do apoio técnico concedido pela missão às autoridades guineenses, se caracterizaram no Quadro Legal para implementação da RSS na 1ª fase, nomeadamente: (1) Aprovação pela ANP da lei fundamental para o funcionamento das Forças Armadas – Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Com a aprovação dessa lei, que diz respeito a cada um dos ramos das Forças Armadas e ao EMGFA, estavam criadas todas as condições para o arranque do processo da reforma. A Polícia da Ordem Pública (POP), que passou a designar-se Guarda Nacional (GU), até então não possuía qualquer legislação de referência, passando a estar sob o artigo 21º da Constituição da República da Guiné-Bissau. Posteriormente foram aprovadas pela ANP as Leis Orgânicas para acabar com as irregularidades jurídicas que se verificaram neste setor. Ainda neste quadro foram aprovados pelo Governo alguns documentos adicionais fora do âmbito legislativo, com o objetivo de dotar as Forças de Segurança de um quadro legal que não dispunha, designadamente: (1) os estatutos do pessoal da POP e da GN; (2) os regulamentos de disciplina da POP e da GN; (3) o conceito de formação da POP e da GN; (4) os programas de instrução; (5) o código de conduta; (6) o regulamento sobre prémios e medalhas; (7) a organização das unidades da POP e da GN; (8) o exercício de informação aplicada à POP e GN; (9) participação das FA para a manutenção da ordem; (10) tabelas e organigramas das Forças de Segurança.

Relativamente à legislação sobre a Defesa, esta foi analisada e discutida com a estrutura superior das Forças Armadas, nomeadamente as Leis Orgânicas do Estado-Maior General das Forças Armadas, do Exército, da Marinha e da Força Aérea, incluindo os projetos de decretos-lei resultantes do Sistema de Autoridade Marítima. Foram ainda analisadas as linhas gerais e os projetos conducentes ao Conceito Estratégico Militar, às Missões das FA, ao Sistema de Forças e ao Dispositivo de Forças Nacionais. Uma vez terminada a discussão e análise do quadro legal, estava previsto ser remetido ao Ministro da Defesa Nacional um conjunto de legislação, para aprovação pelo Governo.

Tendo em conta os acontecimentos entretanto verificados, não foi possível aprovar a generalidade das propostas legislativas para a normalização de um quadro legal, encontrando-se o processo interrompido.

Conclui-se que apesar das dificuldades encontradas pela Missão da UE/RSS na Guiné-Bissau, conseguiu ao nível técnico alcançar algumas proezas como aprovação de algumas leis pela ANP. Com a aprovação dessas leis, estão quase criadas todas as condições para o arranque do processo da reforma. Infelizmente, torna-se difícil de se materializar devido à frequente sublevação militar, que acabou por bloquear e anular todos os esforços que têm sido empreendidos para levar a cabo a RSS.

3.6 MISSANG: BODE EXPIATÓRIO DOS JOGOS GEOPOLÍTICOS E GEOESTRATÉGICOS OU IMPULSIONADOR DO GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012?

É do conhecimento geral que o sistema internacional é movido por interesses particulares de distintos atores que nele intervêm, em particular os Estados. Esta tendência substancial salienta-se quando os interesses dos Estados são fortes, quando irrompem em diferentes domínios, sejam de índole económica, político e social.

Se por um lado, os Estados fazem prevalecer os seus interesses nacionais, controlando e exercendo a influência indireta, o comportamento ou os interesses nacionais por meios culturais e ideológicos, por outro, exercem os seus poderes através de uma política coerciva que comporta tanto a guerra como a pressão económica, fazendo alianças circunstanciais e, muitas das vezes, sem qualquer pudor em relação aos meios a utilizar. Segundo Brown e Kirsten, “ (...) os Estados tentam alterar o meio que os rodeia de acordo com os objetivos gerais e específicos que estabeleceram. Do ponto de vista estrutural, os Estados tentam adaptar-se ao seu meio, tirando o máximo partido das cartas que o sistema lhes dá” (Brown e Anley, 2012, 157).

Assim sendo, alguns estados denominados superpotências ou potências sub-regionais têm sido tendenciosos em dar respostas adequadas para resolver diversos conflitos que ocorrem pelo mundo, sobretudo, dentro dos Estados.

Os Estados que detêm o poder de veto no CSNU, consoante os seus interesses, decidem o destino de um conflito ou o seu conceito das violações dos Direitos Humanos, ignorando o clamor dos povos subjugados, desde que os déspotas e os regimes ditatoriais que os sustentam sirvam os seus interesses, violando amiúde o Estado de Direito. A título de exemplo, é o caso das revoltas populares que têm

marcado os acontecimentos no Norte de África (a Líbia) e no Médio Oriente (o Egito, o Iémen, à Síria e o Bahrein), movimento designado “primavera árabe”.

Nalguns países, a reação internacional e as soluções apresentadas foram imediatas. A comunidade internacional rapidamente se mobilizou para dizimar os regimes considerados por ela nefastos, mesmo tendo detratores para tais medidas. A Líbia ilustra este facto. Porém, outros regimes persistem em levar a cabo a execução sumária das suas populações, sem que chegue a uma solução, caso concreto da Síria.

A RGB não foi exceção dessa dualidade de critérios. Com efeito, tem sido cobiçada, antes e após a independência, o que pode atribuir-se a interesses geopolíticos obscuros, adicionado ao tráfico ilícito de estupefaciente. Deste modo, está-se protelar cada vez mais a sua estabilidade político-social e o seu desenvolvimento sustentável.

Com a peripécia de golpe de Estado de 12 abril, quando o país estava a seguir o seu curso normal, tornou-se evidente a disputa geoestratégica das distintas instituições internacionais e os países em particular com interesses (in)declaráveis na RGB, disputa travada por diferentes intervenientes, devido às potencialidades naturais e à localização geográfica, condições que podem dar vantagem e prosperidade económica à RGB, nomeadamente a agricultura, a pesca, a bauxite, os fosfatos, o petróleo, etc.

A luta pelo tráfico de influências na RGB tornou-se mais visível entre duas antigas potências coloniais europeias, Portugal e França. Esta luta exacerbou-se durante o conflito político-militar de 7 de junho de 1998. Essa rivalidade tornou-se mais aguda após a integração da RGB na União Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), passando a ter como moeda nacional o franco CFA usada pelas antigas colónias francesas da África Central, Oriental e Ocidental designadamente Camarões, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade e Senegal.

Esta aproximação da RGB à França deve-se ao facto daquele país se situar na mesma zona geográfica das ex-colónias francesas. O Estado Francês tem feito grandes empreendimentos na RGB, que vão desde a construção de um Centro Cultural Francês ao apoio aos Meios de Comunicação Social Guineense, à emissão do Canal Rádio France Internacional (RFI), à abertura das escolas superiores

senegalesas aos estudantes guineenses, entre outros. Essa estratégia da França sobre o território guineense foi vista por Portugal como um desafio com único propósito de afastá-lo da sua antiga colônia com a qual, apesar de tudo, continua a preservar um forte vínculo cultural e económico.

Com o eclodir da guerra de 7 de junho de 1998, Portugal não perdeu a oportunidade para se posicionar contra o regime de Nino Vieira, prontificando-se a apoiar a ala dos rebeldes designada de Junta Militar (JM). Do outro lado, Nino Vieira foi apoiado pelo Senegal, pela Guiné-Conacri e, conseqüentemente, pela França, que enviaram os militares com vista a deter os rebeliões. Deste modo, torna-se claro o jogo de interesses geopolíticos entre as duas potências europeias no solo guineense.

A guerra acabou por ser vencida pela JM sob o Comando do General Ansumane Mané. Na sequência da derrota das tropas da ex-colónia francesa, a Guiné-Conacri e o Senegal, as tropas francesas que se encontravam acantonadas no Centro Cultural Francês em Bissau foram imediatamente submetidas e humilhadas pela JM. Só não foram assassinadas devido à rápida intervenção de Portugal, solicitada pela diplomacia francesa, evitando as baixas dos franceses.

Presentemente a disputa geopolítica ganhou um novo ímpeto envolvendo por um lado, Angola (CPLP) e por outro, a Nigéria, a Costa do Marfim e Burkina-Faso (CEDEAO), na assunção da resolução do último golpe de Estado na RGB. Estas rivalidades tornaram-se notórias, depois de este país ter iniciado e assinado vários protocolos de cooperação com o Governo da RGB, que conduz os projetos de grandes portes, capaz de alavancar o país e de o permitir competir com os vizinhos da Costa Ocidental da África.

As relações guine-angolanas têm a sua origem na altura da Proclamação da Independência de Angola em que o PAIGC enviara para este aliado um contingente militar para ajudar a conter a supremacia aérea dos portugueses.

Após o anúncio da retirada da missão da UE de RGB, motivado pela sublevação militar de 1 de abril de 2010, alegando na altura a falta de segurança para continuar os trabalhos da Reforma do Setor da Defesa e Segurança, a pedido das autoridades guineenses, Angola, tendo em conta os motivos atrás evocados, e também com conhecimento da constante instabilidade que a RGB tem vivido ao longo dos anos, sobretudo, no Setor da Defesa e Segurança considerado um dos mais polémico e

insustentável, decidiu apoiar a Guiné-Bissau, assinando vários protocolos de cooperação em diversas áreas de intervenção, a saber a exploração de bauxite, as construções do caminho-de-ferro e do porto de águas profundas em Buba, a exploração do petróleo, o apoio ao orçamento de Estado e a Reforma do Setor da Defesa e Segurança, designado MISSANG. Segundo afirmava o Ministro da Defesa Nacional da Guiné-Bissau, Aristides Ocante da Silva, “é uma missão que decorre da vontade política dos dois estados a fim de responder as aspirações do povo, em particular, no que concerne a edificação das bases estruturantes do desenvolvimento socioeconómico” (Gaznot, 2011).

São vários os projetos de cooperação guine-angolanos. Foi criada uma sociedade mista designada de Sociedade Mineira do Boé e a exploração de bauxite foi adjudicada a uma empresa angolana, a Bauxite Angola, que opera na RGB com um investimento que ronda cerca de 400 milhões de dólares americanos. Além disso, está também prevista a construção de um porto de águas profunda em Buba, habilitado para receber simultaneamente três navios de porte até 240 mil toneladas cada, orçado no valor de 321 milhões de dólares americanos. Este grande projeto incluía também a construção de linhas férreas de apoio ao porto que iriam até Guiné-Conacri. Seria o maior porto da Costa Ocidental da África, com benefícios elevados para a prosperidade económica da Guiné-Bissau. Através dele passará a ser efetuado o escoamento dos produtos dos países da sub-região sem saída para o mar (Mali e Níger). Segundo afirma Bernardo Campos, Presidente de Conselho de Administração da Bauxite Angola, “ (...) o futuro porto vai tornar-se na porta de entrada e de saída dos produtos da RGB (...) ” (Africanidade, 2009).

A reforma no Setor da Defesa e Segurança destaca-se como um outro projeto de investimento angolano, orçado em 13 milhões de dólares, que incluiu a recuperação das infraestruturas militares 5,7 milhões investir-se-iam na construção das esquadras policiais, na reorganização administrativa e na formação técnico-militar, bem como na formação de efetivos em instituições de ensino militar e policial em Angola.

O anúncio destes projetos faraónicos por Angola na Guiné-Bissau fez suscitar o reforço da presença pouco visível de alguns países membros da CEDEAO, como é o caso do Senegal, que há várias décadas tem manifestado interesses económicos na RGB, e que via no reforço da sua presença na RGB uma via para a solução da rebelião que está a ser levado a cabo por naturais da região de Casamança, o que

vem comprometer a estabilidade política naquela zona fronteiriça da RGB. Esta posição hostil dos países da CEDEAO à presença angolana na RGB tornou-se muito mais forte após o golpe de Estado de 12 de abril de 2012.

No dia 20 de março de 2012, o CEMGFA, António Indjai, afirmara que o Embaixador de Angola em Bissau, o General Feliciano dos Santos, se deslocara ao seu gabinete de trabalho para o acusar de que estaria a preparar um golpe de Estado. Por este motivo e ao seu pedido, o Presidente da República Interino (PRI) provocou uma reunião entre o CEMGFA e o representante diplomático de Angola para esclarecer e dirimir o conflito, acabando por conseguir, nessa reunião, uma pseudorreconciliação entre as partes. Apesar destas negociações, o CEMGFA insistiu que o Governo deveria interpelar a MISSANG para a entrega dos materiais bélicos na sua posse. Ficou esclarecido que os equipamentos a serem adquiridos iriam ser entregues às FA guineenses pelo Presidente da República, Malam Bacai Sanhá, após o seu restabelecimento médico, o que não aconteceu com o seu falecimento.

No entanto, a 4 de abril de 2012, o Governo, após a reunião do Conselho de Ministros, produziu um comunicado em que reiterava o seu total apoio à MISSANG pelo serviço prestado “[n]a área de defesa e segurança, tais como a adestrção de militares e agentes de segurança, na reabilitação de infraestruturas militares e policiais, assim como no apetrechamento das Forças Armadas da Guiné-Bissau com o objetivo de modernizar e transformá-la em Forças Armadas Republicanas” (Portalangop, 2012).

O Governo exortou ainda a que todos os seus parceiros, partidos políticos, sociedade civil e instituições militares adotassem um comportamento à altura das suas responsabilidades, especialmente num momento em que o país se encontrava envolvido num processo eleitoral que, não obstante a sua complexidade, foi por todos considerado de livre, justo e transparente.

Apesar da posição assumida pelo Governo da RGB, em dar votos de confiança à MISSANG, os militares guineenses, num sinal de demonstração clara de força e de aviso sério ao Governo e às tropas angolanas, desautorizaram e agrediram a Polícia da Ordem Pública que dispersava uma manifestação violenta levada a cabo por um grupo de militantes de uma formação partidária, em frente da sede da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Em consequência disto, o CEMGFA mandou desarmar a Polícia.

Neste contexto, no nosso entender, há que ter em conta dois elementos primordiais para a precipitação do golpe de Estado que nada tem a ver com as justificações do CEMGFA. Em primeiro lugar a visita relâmpago do CEMGFA da Guiné-Bissau à Nigéria e, posteriormente, a visita do CEMGFA da Nigéria à Guiné-Bissau por algumas horas, seguida de um encontro, à porta fechada, nas instalações do aeroporto de Bissau. Em segundo, o regresso intempestivo do Kumba Yala, o ex-Presidente da República, vindo de Marrocos para se apresentar às eleições presidenciais após o falecimento do Presidente Malam Bacai Sanhá.

Finalmente, após inquietação que o país viveu após a realização da 1.^a volta das eleições presidenciais, ficou por disputar a 2.^a volta entre os dois candidatos mais votados, Carlos Gomes Júnior, suportado pelo PAIGC, com 50% dos votos expressos, e Kumba Yala, candidato do PRS com 23%. Nas vésperas da 2.^a volta, este último candidato deu uma conferência de imprensa onde advertiu que não haveria nem 2.^a, nem 3.^a e nem sequer 4.^a volta das eleições, porque elas haviam sido viciadas e, se alguém tentasse fazer campanha, assumiria com as consequências que pudessem daí advir. Constata-se que o objetivo desta comunicação era o de eximir a ascensão do candidato do PAIGC à Presidência da República.

Assim, no dia 12 de abril de 2012, os militares acabaram por consumir o golpe de Estado, interrompendo, desse modo, o processo eleitoral em curso, alegando que este ato era uma antecipação de um eminente ataque da MISSANG para aniquilar as Forças Armadas da RGB. Alegou-se que Carlos Gomes Júnior havia enviado uma carta secreta ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao Secretário-Geral das Nações Ban Ki-Moon, solicitando a intervenção internacional.

Na sequência do golpe de estado, a 12 de abril, os dois grandes intervenientes na busca de soluções para o retorno da ordem constitucional que vigorava antes do golpe, a CPLP e a CEDEAO, tiveram cada uma sua diversa reação. A CPLP, após uma reunião, em Lisboa, instou ao retorno do Presidente Interino, Dr. Raimundo Pereira e, conseqüentemente, à devolução do poder ao PAIGC e à realização da 2.^a volta das eleições presidenciais antecipadas. Quanto à CEDEAO, após ter mantido o primeiro contacto com Comando Militar (os golpistas), exigiu a reposição imediata da ordem constitucional e democrática sem, no entanto, explicitar se esta passaria necessariamente pela normalidade constitucional que vigorava antes do golpe.

O CSNU apelou igualmente o regresso à ordem constitucional e democrática, ordenando à CEDEAO que coordenasse os esforços na procura de uma solução consensual, em conjunto com os demais atores, principalmente a CPLP cujo papel foi deliberadamente negligenciado pela CEDEAO.

A CEDEAO recebeu delegação das Nações Unidas e da União Africana para encontrar soluções viáveis para a resolução do golpe de Estado na Guiné-Bissau, para banir os desígnios angolanos no terreno, na cimeira que teve como o palco a capital senegalesa, Dakar, no dia 3 de maio, de uma forma unilateral, prescindindo do seu conceito proclamado no seu próprio protocolo sobre a democracia e boa governação de “tolerância zero” a quem tentasse alcançar o poder por vias inconstitucionais. Legitimou, deste modo, o golpe de estado, consequentemente nomeando um Presidente interino de Transição na pessoa do primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) e primeiro vice-presidente do parlamento da CEDEAO, Serifo Nhamadjo, que havia sido candidato às eleições presidenciais, ficando em 3.º lugar com 15% do total dos votos expressos, e ainda nomeando um Primeiro-Ministro do Governo da Unidade Nacional, o Eng.º Rui Duarte de Barros, ex-Ministro das Finanças do PRS. Tudo isto foi feito à margem da Constituição da República, mesmo após a resolução 2048 do CSNU, apoiada pela maioria esmagadora dos membros do CSNU e por todos os países lusófonos, mormente o Brasil.

Conclui-se que as autoridades angolanas foram muito “imprudentes” ao tentarem, sozinhas, sem a cobertura da comunidade internacional, União Africana ou da CEDEAO, mesmo com boas intenções de apoiar o povo irmão da Guiné-Bissau, unidos pelos laços culturais e linguístico, levar a cabo a reforma num dos setores que revelou ser muito difícil e emaranhado de se reformar. Os interesses geopolíticos e geoestratégicos alheios ao Estado guineense podem criar obstáculos para a concretização do pretendido, ainda mais que se trata de uma zona da esfera de influência de um país com a dimensão da Nigéria, que sempre almejou ser uma superpotência na Costa Ocidental da África, e não só, mas também em todo o continente africano. As autoridades angolanas, em primeiro lugar, deveriam antes de avançarem procurar obter cobertura legal e política da ONU, da União Africana ou da CPLP. Como afirma Correia de Barros, membro do Centro de Estudos Estratégicos de Angola, “este tipo de intervenções militares devem ser feitas com o mais alto mandato ou cobertura, seja ela qual for, das organizações continentais, no caso da União Africana, e principalmente das Nações Unidas” (Rodrigues, 2012).

É evidente que jamais a Nigéria consentiria que algum país não pertencente à região, nomeadamente Angola que se insere na África Austral, viesse a assumir o controlo da zona onde se insere a Nigéria ou por esta considerada de vital interesse.

4 CONCLUSÃO

Após um diagnóstico e uma análise sucinta dos problemas que enfermam as Forças Armadas da Guiné-Bissau e obstaculizam a sua modernização, o seu efetivo controlo democrático e, conseqüentemente, o desenvolvimento do País, identificam-se alguns fenómenos explicativos:

A RSS tem sido e continua a ser uma necessidade imperiosa para a estabilidade política da Guiné-Bissau, bem como para o seu desenvolvimento económico e social. Para tal, é imprescindível que os guineenses estejam realmente interessados em empreender dinâmicas com vista a facilitar a prossecução da mesma sem sobressaltos.

A RSS revelou-se ser muito difícil de se implementar na RGB, devido às características da luta armada de libertação nacional continuarem a dificultar a subordinação dos militares aos poderes políticos. Se, por um lado, as FA interiorizaram que foram elas que lutaram para trazer a independência à RGB, e por isso devem deter um papel preponderante na condução do destino do país, por outro lado, estão muito recetivas àquilo que pensam que pode diminuir, de certo modo, a sua esfera de influência. Contudo, a RGB tem-se deparado com clivagens e segmentações étnicas, culturais e religiosas existentes no seio das FARP, bem como escassos recursos humanos que têm causado uma série de obstáculos para levar a bom cabo a RSS.

É verdade que as sucessivas reformas que foram feitas a partir da independência a esta parte foram mal concebidas e programadas, tudo porque os militares licenciados não foram orientados e enquadrados na vida civil, causando, assim, celeumas que mais tarde vieram a criar renitência a qualquer tentativa da RSS. Porque são vistos como se fossem um encargo nacional, para tal, era preciso reformá-los, no sentido de se minimizarem os custos. Sendo assim, a reforma no SDS tem contribuído bastante em desencorajar os militares a abandonarem as fileiras das FA.

Para se evitar todo este clima de animosidade instalado, é premente que a comunidade internacional se empenhe decisivamente no apoio à liderança do processo da RSS. Tal poderia ser feito, também, criando, sobre a égide da ONU, uma

força multinacional no âmbito do processo de construção da paz (*peace-building*), para ajudar as autoridades guineenses na implementação da RSS. Desse modo, poderia, eventualmente, evitar que os seus detratores pensassem que esta sirva para projetar o país para um estado de neocolonização ou para proteger os interesses de um determinado grupo de pessoas, ou ainda de um Estado em concreto. Consideramos que esta será a melhor solução para a RGB, pois ficou bem patente que nenhum país sozinho consegue levar a cabo as reformas de que o país necessita, mesmo tendo boas intenções. Na verdade, os interesses nacionais podem-se esbater com interesses subjacentes e geoestratégicos de diferentes autores que operam dentro e fora do país.

De entre os interesses alheios destacam-se os da República de Angola. Um dos erros crassos cometido por este país foi quando decidiu assinar vários protocolos de cooperação com o governo da Guiné-Bissau, principalmente, num dos setores mais polémico da Defesa e Segurança. No nosso entender, a sua intervenção na RGB devia ser sobre o auspício das Nações Unidas, UA ou CEDEAO, tendo em conta que o papel da CPLP naquele país é pouco visível, com vista a evitar eventual choques geopolíticos e geoestratégicos com os países membros da CEDEAO (com interesses antagónicos aos de Angola) que deu mote ao golpe de 12 de abril de 2012.

Considera-se ainda que os políticos devem ser apoiados, porque a reforma deve ser da competência do poder político, sem dúvida, mas não deixando de contar com a capacidade da liderança militar para a sua execução. É o poder político o responsável pela tomada das decisões, que se têm revelado muito difíceis, devido ao facto de os políticos se terem tornado reféns dos militares. A experiência tem demonstrado que os políticos da RGB, ao longo dos anos, têm instrumentalizado as FA para poderem aceder ao poder. Todavia, agora, são os militares que, tomando consciência da importância que lhes é atribuída, não obedecem aos poderes políticos instituídos, passando a ditar a regra do jogo, conforme a sua conveniência.

Assim sendo, considera-se que, para que a Reforma do Setor da Segurança seja coroada de êxito, é premente o que se segue:

- a) Urge envolver todas as forças vivas da nação, começando pelas forças políticas, as organizações da sociedade civil (Sindicatos e ONGs), e principalmente o maior partido na oposição, o PRS, sendo que a esmagadora maioria dos oficiais e subalternos predominante nas fileiras das FA guineense,

pertencem à etnia balanta. Sendo seus “patrícios”, torna-se mais fácil e viável ter um diálogo mais abrangente entre eles, com vista a persuadi-los de que o alvo da reforma não visa somente mandar “os balantas para casa”, mas é sim um dos suportes para estabilidade e o desenvolvimento do país. Para que isso tenha lugar, uma vez que o país está atravessar o período de transição após o golpe de Estado de 12 de abril, aproveitava-se desta situação para formação de um Governo de Transição. Assim, permitira a materialização mais eficaz da RSS na Guiné-Bissau;

- b) Profissionalizar as FA passa necessariamente pela forma de dotar os seus membros de ocupação, porque uma pessoa desocupada é muito mais fácil de se desviar do padrão comum;
- c) Também é importante fazer uma reforma visceral nas forças de segurança, porque é um setor que tem vindo a ser de perigosidade para o normal funcionamento do aparelho de Estado. Os métodos adotados para a investigação são muitos arcaicos, e não só, também a falta de reciclagem dos quadros técnicos tem contribuído para deterioração deste setor;
- d) Investir nas áreas melindrosas que têm influenciado pela negativa o retrocesso do país, porque os conflitos internos que ocorrem nos países vizinhos e os interesses geopolítico e geoestratégico, podem minar os esforços para a estabilização da RGB, sendo que é um país altamente dependente de ajuda externa. Urge assim mais do que nunca, reforçar a presença da comunidade doadora e das organizações sub-regionais naquele país;
- e) Sendo um país frágil e deficitário em termos de meios humanos e matérias para combater o crime organizado, o que tem contribuído para o não respeito pelo primado da lei por parte dos militares, as autoridades guineenses devem ser apoiadas para aquisição de tais meios;
- f) Também é preciso que o fundo de pensões seja assegurado e visto como uma questão prioritária, com vista a credibilizar o próprio processo de reforma, uma vez que esta sempre foi um dos fatores que motivou a resistência dos visados a negligenciarem o processo da reforma;

- g) Torna-se urgente reagir as constantes mudanças que se têm verificado devido aos sucessivos levantamentos, caso contrário corre-se o risco de aumentar a instabilidade;
- h) Foi constatado que um padrão já implementado num determinado país pode não constituir panaceia para a resolução de um determinado conflito noutra, visto que “cada um caso é um caso”. Isto quer dizer que cada país possui as suas próprias características, tradições e culturas. Por isso, o projeto deve ser concebido a partir do país em causa e, principalmente, os técnicos devem ser na maioria oriundos do país em questão, e apoiados fortemente pela comunidade internacional e dos doadores;
- i) Os doadores devem ter a consciência e a sensibilidade política para entender os vários fatores que constituem a realidade Guineense e o funcionamento das suas instituições, que se têm revelado incapazes de obter soluções para fazer face aos problemas endógenos que as enfermam.

Em fim, todo este processo requer um enorme conhecimento do país, tanto a nível político como a nível social e cultural, fator necessário à criação, na sociedade guineense, de uma nova mentalidade, e de uma visão diferente do papel e da missão das FA no mundo moderno.

5 REFERÊNCIAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (1998) - African Development Report : 1988. Oxford : Oxford University Press.

AFRICANIDADE (2008) - Terrorismo é a mais nova preocupação do governo da Guiné-Bissau. Africanidade [Em Linha]. (26 Janeiro 2008). [Consult. 27 Jan. 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.africanidade.com/articles/347/1/Terrorismo-A-a-mais-nova-preocupaAAo-do-governo-da-GuinA-Bissau/Paacutegina1.html>>.

AFRICANIDADE (2009) - Empresa angolana constrói porto de águas profundas na Guiné-Bissau. Africanidade [Em Linha]. (18 Maio 2009). [Consult. 04 Maio 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.africanidade.com/articles/2482/1/Empresa-angolana-constrAi-porto-de-Aguas-profundas-na-GuinA-Bissau/Paacutegina1.html>>.

AGENCIA NOTICIOSA DA GUINÉ-BISSAU (2011a) - Reforma do Setor da Defesa e Segurança: governo avança 200 mil dólares para Fundo de Pensão. Agencia Noticiosa da Guiné-Bissau [Em Linha]. (30 Setembro 2011). [Consult. 29 Novembro 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://angnoticias.blogspot.pt/2011/09/reforma-defesa-e-seguranca_30.html#!/2011/09/reforma-defesa-e-seguranca_30.html>.

AGENCIA NOTICIOSA DA GUINÉ-BISSAU (2011b) - Reforma do Setor da Defesa e Segurança: governo avança 200 mil dólares para Fundo de Pensão. Guiné-Bissau. Agencia Noticiosa da Guiné-Bissau. [Em Linha]. (30 Setembro 2011) [Consult. 29 Novembro 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://angnoticias.blogspot.pt/2011/09/reforma-defesa-e-seguranca_30.html#!/2011/09/reforma-defesa-e-seguranca_30.html>.

AGÊNCIA NOTICIOSA DA GUINÉ-BISSAU (2011c) - GB está vulnerável a eventual ataque terrorista. Agência Noticiosa da Guiné-Bissau [Em Linha]. (03 Março 2011) [Consult. 11 Novembro 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://angnoticias.blogspot.pt/2011/03/terrorismo-e-crime-organizado.html>>.

BROWN, Cris; ANLEY, Kristen (2012) - Compreender Relações Internacionais. 4ª Ed. Lisboa: Gradiva.

CARVALHO, Ana Larcher (2010) - Intervenções Externas no Setor da Segurança na Guiné-Bissau. Lusíada. Política Internacional e Segurança. Lisboa. ISSN 1647-1342. 4 (2010) 49-70.

CEFETSP (2001) - O que é o terrorismo. Cefetsp [Em Linha]. (22 Setembro 2001). [Consult. 12 Março 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/terrorismousa/oqueterrorismo.html>>.

DFID - Department for International Development (2005). Why we need to work more effectively in fragile state. [Em Linha]. (Janeiro 2005). [Consult. 17 Novembro 2012]. Disponível em WWW: URL:<http://www.jica.go.jp/cdstudy/library/pdf/20071101_11.pdf>.

FOREIGN POLICY (2012) [Em Linha]. (Novembro 2012). [Consult. 09 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive>

FUKUYAMA, Francis (2004) - “A construção de Estados – Governação e Ordem Mundial no Século XXI. Lisboa : Gradiva.

GAZNOT (2011) - Lançada missão angolana de apoio à reforma do setor da defesa e segurança, Guiné-Bissau. Gaznot. [Em Linha]. (27 Março 2011). [Consult. 3 Julho 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=611&titre=Nacional>.

GUINÉ-BISSAU. Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança (2006) - Reestruturação e Modernização do Setor da Defesa e Segurança, Documento da Estratégia : Documento de Estratégias [Em linha]. [S.L.]: CIRMSDS. [Consult. 16 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://mepirgb-gov.org/DOC_PLANIFI/DOCUMENTO_ESTRATEGICO.pdf>.

GUINÉ-BISSAU. Leis. Decretos, etc. (1996) - Constituição da República da Guiné-Bissau [Em linha]. [Consult. 15 Nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/guine_constituicao.pdf>.

HELMAN, Gerald; RATNER, Steven (1992-1993) – Saving Failed States. ForeignPolicy. 89:3 (Winter 1992-1993).

HOBBS, Tomas (2001) - Leviatã ou matéria : forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo : Martin Claret.

INFOPÉDIA (2003-2012). De Maquiavel ao Estado Moderno (sécs. XV-XVI). InInfopédia : Enciclopédia e Dicionários Porto Editora [Em linha]. [Consult.2012-11-15]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$de-maquiavel-ao-estado-moderno-\(secs.-xv-xvi\)>](http://www.infopedia.pt/$de-maquiavel-ao-estado-moderno-(secs.-xv-xvi)>).

INFOPRESS. (2010a) - Guiné-Bissau : EUA dizem que Bubo Na Tchuto “joga papel significativo no tráfico de drogas. Infopress [Em Linha]. (08 Abril 2010). [Consult. 09 Nove

mbro 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://www.inforpress.publ.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=26896&Itemid=2>.

INFOPRESS. (2010b) – Bissau : Militares querem casa e dinheiro para aguentar a velhice. Infopress Em Linha]. (25 Agosto 2010). [Consult. 25 Agosto 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.inforpress.publ.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=32632&Itemid=2>.

JACKSON, Robert H. (1998) - Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and Failed States [Em linha]. [S.I.] : Institute of International Relations, The University of British Columbia. Working Paper nº 25. [Consult. 25 Agosto 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.ligi.ubc.ca/sites/liu/files/Publications/webwp25.pdf>>.

KOUDAWO, F., Ed. (2010) - Podem as Forças Armadas Serem Reformadas? Propostas da Voz de Paz para uma Reforma Participativa das FDS. Eco da Voz di Paz : Boletim Informativo [Em linha]. 1:3 (maio 2010). [Consult. 25 Agosto 2011]. Disponível em WWW:<URL:http://www.acep.pt/portals/0/Newsletter/Eco_VozdiPaz_3.pdf>.

MAZRU, Ali A. (2010). Historial Geral da África. VIII. África desde 1935. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>

MENDES DE CARVALHO, Apolinário (2009). O Desafio de Reconstrução do Estado na Guiné-Bissau. O papel da CPLP. Palestra proferida no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica. “ Realidades, Políticas, Sociais e Económicas: Ciclo de

Palestras de Embaixadores de Estados membros da CPLP (disponível em www.cplp.org/.../Download.aspx?...)

MIRANDA, C. (2012, setembro 24) - Guiné-Bissau proclama Independência a 23 de setembro de 1973. (Repórter África). Radio Televisão Portuguesa. AfricaDireto. Lisboa: Serviço Público. Reportagem da RTP em 24 de Setembro 2012.

NOBASDI GUINÉ (2011) - Identificadas as causas de conflito na Guiné-Bissau. Nobasdi Guiné [Em Linha]. (18 Fevereiro 2011). [Consult. 3 Junho 2011]. Disponível em

WWW:<URL:http://nobasdieleicon.guine.org/index.php?option=com_content&view=article&id=457:identificadas-as-causas-dos-conflitos-na-guine-bissau&catid=56:destaques&Itemid=50&lang=en>.

NÓBREGA, Álvaro. (2003) - A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

OCDE (2005) - Security System Reform and Governance [Em linha]. Paris : OCDE. [Consult. 9 Novembro 2011]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.oecd.org/development/conflictandfragility/31785288.pdf>>.

OCDE (2011) - Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau [Em linha]. Paris : OECD Publishing. [Consult. 3 Junho 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.oecd.org/dac/conflictandfragility/48899975.pdf>>.

PINTO, Maria João (2012) - Guiné-Bissau: aumento de tráfico de droga na Guiné-Bissau preocupa ONU. Deutsche Welle. [Em Linha]. (12 Julho 2012). [Consult. 12. Setembro 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.dw.de/dw/article/0,,16093956,00.html>>.

PORTALANGOP (2007) - Guiné-Bissau: Governo guineense enfrenta pressão dos EUA e UE. Portalangop [Em Linha]. (09 Julho 2010). [Consult. 09 Setembro 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2010/6/27/Governo-guineense-enfrenta-pressao-dos-EUA,545569ad-e113-40e7-9dbe-8969da0157c4.html>.

PORTALANGOP (2012) - Governo Guineense elogia o papel da MISSANG no seu país. Angola. Portalangop [Em Linha]. (04 Abril 2012). [Consult. 4 Junho 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2012/3/14/Governo-guineense-elogia-papel-MISSANG-seu-pais.58fad923-10d1-48d2-8274-09de8ceb6ac9.html>.

PRO-ÁFRICA (2010) - As causas do conflito na Guiné-Bissau. Pro-áfrica [Em Linha]. (26 Setembro 2010). [Consult. 26 Outubro 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://pro-africa.org/as-causas-do-conflito-na-guine-bissau/>>.

REZEK, José Francisco (1991) - Direito internacional público : curso elementar. São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Venâncio (2012) - Missang sai mais fica. O PAÍS [Em linha]. [Consult. 20.05.2012]. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?det=26378&id=1929>>.

ROTBERG, Robert I (2003) - Failed States, Collapsed States, Weak States : Causes and Indicators [Em linha]. [Consult. 09 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://wilsoncenter.net/sites/default/files/Failed%20States,%20Collapsed%20States,%20Weak%20States-%20Causes%20and%20Indicators.pdf>>.

SARAIVA, Luís (2009).- A reforma da segurança e da defesa na Guiné-Bissau – o apoio da União Europeia. Jornal Defesa e Relações Internacionais [Em linha] (2 de abril de 2009). [Consult. 27 Jan. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.jornaldefesa.com.pt>>.

SARAIVA, Luís (2010) - A Reforma da Segurança e da Defesa na Guiné-Bissau : o apoio da União Europeia. Jornal Defesa e Relações Internacionais [Em linha]. (2 de abril de 2009). [Consult. 09 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.jornaldefesa.com.pt>>.

SARAIVA, Luís Marquês (2009) - Reforma do Setor de Segurança : um perfil militar pós-moderno. Jornal Defesa [Em linha]. [Consult. 31 Março 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=692>.

SARAIVA, Luís Marquês. (2009). Reforma do Setor de Segurança – Um perfil militar pós-moderno. Jornal Defesa e Relações Internacionais (revista on-line)

http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=692), 31 de março de 2009.

SILVA, António Aly (2012a) - Carlos Lopes : Militares não devem ditar coisas públicas. Guiné-Bissau. Ditadura do Consenso. [Em Linha]. (11 Setembro 2012). [Consult. 11 Setembro 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/09/carlos-lopes-militares-nao-devem-ditar.html>>.

SILVA, António Aly. (2012b) - A rota do pó. Guiné-Bissau: Ditadura do Consenso. [Em Linha]. (6 Novembro 2012). [Consult. 7 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/11/a-rota-do-po.html>>.

SOL (2011) – Maior perigo para o desenvolvimento são Estados Falhados. Sol. [Em Linha]. (11 Abril 2011). [Consult. 17 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=16452>.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia (2007) – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões [Em linha]. Bruxelas: Comissão Europeia. COM(2007) 643 final. [Consult. 15 Nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0643:FIN:PT:PDF>>.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia (2010) – Comunicação da Comissão ao Conselho relativa à abertura de consultas com a República da Guiné-Bissau nos termos do artigo 96.º do Acordo de Cotonu revisto [Em linha]. Bruxelas : Comissão Europeia. COM(2010) 766 final. [Consult. 15 Nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihtmlang=pt&lng1=pt,lt&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,mt,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=553960:cs&page=>>>.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu (2002) - Resolução do Parlamento Europeu sobre o papel da União Europeia no combate ao terrorismo [Em Linha]. (16 Outubro 2002). [Consult. 09 Novembro 2012]. Disponível em WWW: <URL <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B5-2002-0543+0+DOC+XML+V0//PT>>.

UNIVERSITY OF BIRMINGHAM. International Development Department, School of Public Policy (2007) - Beginner's Guide to Security Sector Reform (SSR) [Em Linha]. Birmingham : University of Birmingham. [Consult. 15 Julho 2012]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ssrnetwork.net/documents/GFN-SSR_A_Beginners_Guide_to_SSR_v2.pdf>.

UNODC (2012) - Relatório Mundial sobre Drogas 2010 revela tendências de novas drogas e de novos mercados [Em Linha]. (23 Junho 2010). [Consult. 24 Julho 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.unodc.org/southerncone/pt/frontpage/2010/06/23-relatorio-mundial-sobre-drogas-2010-do-unodc-revela-tendencias-de-novas-drogas-e-de-novos-mercados.html>>.

UOL (2005). Guiné-Bissau : Governo explica a doadores programa de desmobilização. Brasil. Uol [Em linha]. [Consult. 31 Março 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2005/09/27/ult611u67406.jhtm>>.

USAID United States Agency for International Development (2005). Fragile States Strategy. [Em Linha]. (Janeiro 2005). [Consult. 17 Novembro 2012]. Disponível em WWW: URL: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pdaca999.pdf.

VAZA, Aldina C. F. Rocha da, AMOR, Emília Maria Marçal (2008) - Dicionário Verbo da Língua Portuguesa. coord. geral, A. M. Colaço. 2ª ed. Lisboa : Editorial Verbo.

ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues (2005) - O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999). Lisboa : Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.